

**JERRY ANDRADE DE MENEZES – CAP QOPM**

**ATIVIDADE POLICIAL E DIREITOS HUMANOS SOB A ÓTICA DO  
PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Especialista em Planejamento em Segurança Pública.

Orientador de Conteúdo: Maj. QOPM  
Heraldo Regis Bório da Silva.

**CURITIBA  
2008**

Dedico este trabalho à minha família. À minha esposa Suelen, que sempre esteve ao meu lado nos momentos em que mais precisei. À minha filha Maria Cecília, que compreendeu, da sua forma, a ausência do pai em parte do tempo.

De tanto ver triunfar as  
nulidades,  
De tanto ver crescer as  
injustiças,  
De tanto ver agigantarem-se os  
poderes nas mãos dos maus,  
O homem chega a desanimar-se  
da virtude, a rir da honra, e ter  
vergonha de ser honesto.

Rui Barbosa

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a vida, bênçãos e proteção desde sempre.

Os colegas merecem um agradecimento especial. Inicialmente, porque compartilham conosco a amizade e momentos que jamais vão ser esquecidos. Depois, pelo companheirismo nas aulas e nas discussões. Em especial ao amigo e companheiro Jairo Alfredo Santos Dias Antunes.

Cabe ainda um agradecimento aos professores que nos guiam pelo caminho do conhecimento.

Na Polícia Militar do Amazonas, o maior agradecimento devo ao Coronel QOPM Wilson Martins de Araújo, sem também esquecer de destacar o amigo e Capitão QOPM Marcello da Silva Araújo.

Agradeço ao deputado federal Átila Lins de Albuquerque e seu irmão, deputado estadual Belarmino Lins de Albuquerque, e também ao deputado estadual Vicente Lopes de Souza pela confiança.

À professora Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria Breda, por sua dedicação.

Ao Senhor Major QOPM Heraldo Régis Bório da Silva, pela orientação de conteúdo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
1.1 PROBLEMA	9
1.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	10
1.3 METODOLOGIA	10
1.3.1 Delineamento da pesquisa	10
1.3.2 Fonte de coleta e tratamento de dados	11
1.3.3 Análise de dados	11
1.4 OBJETIVOS	12
1.4.1 Objetivo geral	12
1.4.2 Objetivos específicos	12
1.5 JUSTIFICATIVA	13
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	14
2.1 OS DIREITOS HUMANOS	15
2.1.1 Histórico dos direitos humanos	15
2.1.2 Os direitos humanos nos tratados internacionais	19
2.1.3 Os direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro	24
2.2 ATIVIDADE POLICIAL E DIREITOS HUMANOS	29
2.2.1 A necessidade da polícia	29
2.2.1.1 Breve histórico da Polícia Militar no Brasil	29
2.2.1.2 A Polícia Militar do Amazonas	31
2.2.1.3 A 17ª Companhia Interativa Comunitária	32
2.3 A POLÍCIA MILITAR E A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS	33
2.4 POLÍCIA COMUNITÁRIA	36
2.4.1 Conceito	36
2.4.2 Aplicação do policiamento comunitário no Brasil	38
2.4.3 A filosofia de policiamento comunitário na 17ª Companhia Interativa Comunitária	41
2.5 O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	43
2.5.1 Digressões sobre o plano nacional de segurança pública	43
2.5.2 A atividade policial e o plano nacional de segurança pública	48
2.5.3 A inserção dos direitos humanos no plano nacional de segurança pública para fundamentar a atividade policial	52
2.5.3.1 A 17ª CICOM e o plano nacional de segurança pública	56

<b>3 CONCLUSÃO .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE A, ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO A, PLANO ESTRATÉGICO DE COMANDO – 17ª CICOM, 2007/2008.....</b>	<b>66</b>

## **RESUMO**

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da instituição do Estado Democrático de Direito a atividade policial não mais pode ser pautada por abusos. Com isso, tem que o respeito aos diplomas de proteção aos Direitos Humanos servem como balizadores da atividade policial militar. Não há como se falar, atualmente, em atividade policial sem que os Direitos Humanos estejam garantidos. Neste sentido, um documento passa a ser referência no Brasil. Trata-se do Plano Nacional de Segurança Pública, que adota a filosofia de Policiamento Comunitário como meta a ser buscada pelas Instituições Policiais de forma a garantir o melhor atendimento ao cidadão-usuário e, em contrapartida, fazer com que a Polícia Militar não ultrapasse limites em sua atuação diária no que concerne à proteção das pessoas. Com o Plano Nacional de Segurança Pública o Brasil espera compatibilizar Direitos Humanos e atividade policial com vistas à diminuição da criminalidade e ao mesmo tempo fazer com que Polícias e comunidade sejam parceiras na busca do bem comum. Na Polícia Militar do Amazonas, a 17ª Companhia Interativa Comunitária é uma das primeiras a se pautar pelas novas regras que permeiam a Segurança Pública. Foi a referida Companhia instada a adotar a filosofia de Policiamento Comunitário para melhor servir a comunidade que atende.

Palavras-chave: Polícia Militar. Direitos Humanos. Segurança Pública.

## 1 INTRODUÇÃO

O desempenho da atividade policial deve estar pautado na lei. No Brasil, seguindo-se as diretrizes constitucionais e chegando-se aos diplomas infraconstitucionais, o respeito aos Direitos Humanos é regra para todo tipo de atividade. Notadamente a atividade policial deve se pautar em tais documentos, sem o que se instala o arbítrio e todos os tipos de abuso. Atualmente, as corporações policiais militares têm buscado formas de se aproximar cada vez mais das comunidades onde atua. Trata-se da aplicação da filosofia de policiamento comunitário. Tal não pode ser realizada sem o ônus ético-profissional que pesa sobre cada integrante da corporação. E somente será, efetivada, caso o respeito aos direitos humanos se torne regra, jamais exceção. Por isso o policial não pode ser prepotente, tampouco querer, através da força bruta contra o cidadão, solucionar os problemas atinentes à área da segurança pública.

É preciso deixar claro que segurança pública é responsabilidade de todos, mas é na atuação dos órgãos de segurança, principalmente da Polícia Militar, que tal faceta aparece mais nitidamente para a sociedade. Neste sentido, imperioso estudar a atuação da Polícia Militar perpassando os diplomas mais importantes de Direitos Humanos – dos quais derivam outros não menos importantes, porém, absorvidos aqui pelos de maior vulto – e sua aplicabilidade sob a ótica do Plano Nacional de Segurança Pública. Tal planejamento só poderá ser levado a efeito caso as polícias militares cumpram a lei e ao mesmo tempo respeitem os direitos que cada pessoa humana titulariza.

### 1.1 PROBLEMA

Muito se discute se o desempenho da atividade policial militar está ou não sendo realizado de forma a que seja garantido a todo e qualquer cidadão os direitos humanos previstos nos mais diversos diplomas legais acerca do tema. É o cumprimento e aplicação fiel dos diplomas legais e do Plano Nacional de Segurança Pública, no que tange aos Direitos Humanos, o diferencial para o resgate da credibilidade institucional da Polícia Militar perante a comunidade?



## 1.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho visa analisar o cumprimento dos princípios dos Direitos Humanos na atividade policial militar. Ocorre que tal pode se dar sob uma enorme gama de pontos de vista, ou, ainda, sob diferentes aspectos dentro do trabalho da Polícia Militar. Por conta disso, embora os Direitos Humanos sejam aplicáveis na atividade policial em qualquer lugar no mundo, conforme o planejamento de uma polícia pode-se estabelecer se isso se dará em maior ou menor grau. Cada comando estabelece a forma de atuação dos comandados, a partir da formação voltada à proteção do cidadão dentro da lei.

Atualmente, com a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, essa problemática teve seu âmbito reduzido, vez que, apenas pelo que aparece estabelecido na própria introdução do plano, quando o Governo Federal se compromete a atuar seguindo-se os ditames da justiça a partir do exercício da ética na política, fundado na democracia e buscando a plena cidadania de todos os brasileiros, é preciso que se respeite o Estado de Direito Democrático, dando-se prioridade ao combate à violência, em todas as suas formas. Violar os Direitos Humanos é uma das formas mais, por assim dizer, cruéis que pode existir de atingir ao próximo, sem negligenciar-se os demais direitos, que só são passíveis de serem exercidos caso a dignidade da pessoa humana seja respeitada.

A pesquisa, acerca do desempenho da atividade policial, sob os ditames dos Direitos Humanos, será concentrada na atividade desenvolvida pela 17ª Companhia Interativa Comunitária (17ª CICOM), em Manaus, no Estado do Amazonas. Esta Companhia tem em seu plano estratégico de Comando a busca de novas formas de policiamento, com ênfase ao patrulhamento interativo comunitário.

## 1.3 METODOLOGIA

### 1.3.1 Delineamento da pesquisa

O método a ser utilizado no presente trabalho partirá do aspecto mais abrangente – os diplomas de referência que tratam dos Direitos Humanos – para o aspecto mais afunilado, qual seja, a aplicabilidade do Plano Nacional de Segurança

Pública, mais precisamente no que toca ao Policiamento Comunitário na a 17ª Companhia Interativa Comunitária.

Como base, a pesquisa foi feita a partir de construções doutrinárias que tratam do tema Direitos Humanos, passando pelas fontes literárias sobre atividade policial e culminando com o Plano Nacional de Segurança Pública.

Foi usado ainda, material diferenciado, como periódicos e cartilhas.

### 1.3.2 Fonte de Coleta e Tratamento dos Dados

A partir do momento em que se definiu a linha de pesquisa, logo no início do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, foi-se buscando material que tratasse do tema. A coleta de dados a respeito do assunto amparou-se na parte bibliográfica, pesquisa em sites e trabalhos outros acerca das questões propostas.

O tratamento dado às fontes de pesquisa foi no sentido de se apreender os tópicos e direcionar o trabalho de investigação e da pesquisa. Concepções dos autores ou responsáveis pelos materiais foram levadas em consideração para que a pesquisa fosse feita de forma isenta.

### 1.3.3 Análise de Dados

Todo o material disponível para pesquisa e que está selecionado foi estudado de maneira a buscar em referências teóricas sem estabelecer inferências do pesquisador. Isto porque o que se pretendeu com a pesquisa em comento foi uma compreensão maior dos diplomas, que tratam do tema Direitos Humanos, em função da atividade policial e com base no que preconiza o Plano Nacional de Segurança Pública. Neste sentido, buscou-se valorar os dados conforme a necessidade que a pesquisa abrangeu.

Primeiramente, foi realizada análise bibliográfica nas diversas bibliotecas existentes em Curitiba e abertas à pesquisa, sejam de alunos ou de pesquisadores externos ao corpo discente das instituições a que pertencem os acervos. A partir disso ou concomitantemente, optou-se por fazer a revisão bibliográfica. Importante destacar que entendeu-se por bibliografia não apenas livros, mas também, por exemplo, material disponível em meio eletrônico e outros – onde foi baseada a pesquisa.

A conversa com outros militares foi enriquecedora para o trabalho, visto que experiências vividas ou operacionalizadas em cada corporação policial são de grande utilidade prática, guardando-se as peculiaridades e a delimitação do tema e da área de abrangência do trabalho. Esta conversa com especialistas em segurança pública colaborou com a leitura das obras e referências dadas por estes ou destes profissionais.

O segundo momento da pesquisa consistiu na análise do Plano Estratégico de Comando, conforme anexo A, colhido junto à Companhia em estudo. Com tal análise buscou-se identificar se a atividade policial militar no local estudado está em conformidade com os diplomas de Direitos Humanos sob a ótica do Plano Nacional de Segurança Pública.

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo geral

Estudar o desenvolvimento da atividade policial militar frente à necessidade de garantia de proteção dos direitos humanos sob a ótica do Plano Nacional de Segurança Pública, uma vez que Polícia Comunitária e Direitos Humanos são ícones do referido plano.

### 1.4.2 Objetivos específicos

Apresentar o histórico e os principais diplomas de Direitos Humanos e como o ordenamento jurídico brasileiro trata do tema sob a ótica do Plano Nacional de Segurança Pública;

Demonstrar a necessidade de uma polícia cidadã dentro do contexto da segurança pública;

Estudar a filosofia de policiamento comunitário;

Verificar se na referida Companhia da Polícia Militar do Amazonas os policiais militares se pautam nos diplomas legais de direitos humanos para desempenhar a atividade fim da corporação;

Refletir se tal atuação está ou não de acordo com o que preconiza o Plano Nacional de Segurança Pública;

Relacionar segurança pública e Direitos Humanos.

## 1.5 JUSTIFICATIVA

O atual Plano Nacional de Segurança Pública busca imprimir uma nova forma de atuação para as polícias militares em todo o Brasil, com prioridade para a prevenção da criminalidade. Ocorre que nem sempre é possível que se tenha a prevenção plena de todo e qualquer tipo de crime. Assim, por vezes haverá necessidade do uso da força, o que se dará pelo emprego repressivo do braço armado do Estado. Mesmo assim, há que se observar os preceitos de Direitos Humanos.

Justifica-se, portanto, o presente trabalho, no sentido de que a discussão sobre esse tema deve começar dentro das corporações, que historicamente foram acusadas de não atentar para o respeito aos Direitos Humanos. Sem esse debate e sem a implementação de uma atuação prática voltada para o que prevê o Plano Nacional de Segurança Pública, as corporações policiais vão se tornar desacreditadas pela comunidade, que não mais aceita ver seus direitos violados.

Num Estado Democrático de Direito, a discussão se torna de maior relevância ainda num ambiente que congrega militares estaduais que enfrentam no dia a dia diferentes e difíceis realidades, o que gerará debate e muito contribuirá, já no presente e para o futuro, com a manutenção das forças policiais estaduais realizando um trabalho em parceria com a comunidade, vez que segurança pública é responsabilidade de todos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O tema proposto para o presente trabalho foi estudado a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabeleceu o Estado Democrático de Direito para o país e, por conta disso, buscou reduzir o desrespeito aos Direitos Humanos. O referido diploma pode ser analisado isoladamente ou em conjunto, seja com tratados internacionais sobre o tema, que ao longo dos anos firmaram o respeito à dignidade da pessoa humana, seja com a legislação infraconstitucional, até mesmo, os regulamentos de emprego de tropa numa corporação militar estadual.

A partir disso, para tratar do tema Direitos Humanos, foi necessário uma análise da doutrina existente no mercado editorial, que é ampla e por este motivo, obras foram selecionadas em função de melhor atenderem aos objetivos propostos. Da mesma forma, obras que tratam de polícias militares foram objeto de análise, úteis para a melhor compreensão do tema e para o estudo pretendido. Tais obras, num ou noutro caso, são aquelas de autores de renome, sem prejuízo de pesquisa em sites ou mesmo documentação, sem que fossem descartados eventualmente outros trabalhos e pesquisas sobre o tema.

Por fim, fechando o arcabouço de compreensão do tema, foi analisado o Plano Nacional de Segurança Pública e as diretrizes que tal diploma traz em relação ao Policiamento Comunitário, a temática mais atual quando se trata dos Direitos Humanos, que faz com que a Polícia Militar esteja interagindo com a comunidade, numa via de mão dupla onde ao mesmo tempo em que se previne o crime, se protege a população das mazelas da criminalidade.

Assim, para o primeiro capítulo do presente trabalho foram usadas obras literárias de referência e atualidade sobre o tema Direitos Humanos. Num segundo momento, quando se estudou a atividade policial militar dentro da 17ª Companhia Interativa Comunitária, foram analisadas obras acerca de emprego de policiamento, o Plano Estratégico de Comando da referida Companhia e também estudos realizados em corporações militares estaduais ou por militares de renome em suas áreas de atuação. Finalizando a parte atinente à literatura, fez-se uma análise do Plano Nacional de Segurança Pública.

## 2.1 OS DIREITOS HUMANOS

### 2.1.1 Histórico dos direitos humanos

Os Direitos Humanos devem ser analisados a partir de uma somatória de valores e de atos que possibilitem a todas as pessoas uma vida digna. Os Direitos Humanos devem estar pautados prioritariamente no princípio basilar da dignidade da pessoa humana. Na atualidade, os Direitos Humanos podem ser tratados como sinônimos de “direitos fundamentais”. A doutrina estabelece que os Direitos Humanos ganharam importância e proeminência no século XX. Mas passaram a ser incorporados ao pensamento jurídico com maior relevância a partir do século XXI.

É comum os doutrinadores sustentarem que o fundamento e a justificativa dos Direitos Humanos ora estão pautados nos ditames do Positivismo ou do Jusnaturalismo. No entender de alguns escritores, o Positivismo jurídico trata o Direito como ordem estabelecida e o Jusnaturalismo traz o direito como ordem justa. Há autores que ponderam ainda que “as duas palavras-chaves, definidoras do Positivismo e do Jusnaturalismo, são, para o primeiro, ordem, e, para o segundo, Justiça” (LYRA FILHO, 1999, p. 26).

Quando se estabelece que os Direitos Humanos advém do Positivismo, é o mesmo que dizer que tais direitos estariam representados na estruturação jurídica, ou seja, na previsão legal dos Direitos Humanos, como aqueles direitos que estão postos nas leis e outros instrumentos jurídicos. Dentro do Positivismo, os principais expoentes são os doutrinadores Norberto Bobbio e Hans Kelsen. Uma vez previstos no ordenamento jurídico, ou seja, a partir das Constituições e normas infraconstitucionais, podem ser cobrados para que sejam efetivamente implementados.

Os Direitos Humanos também podem estar previstos a partir de tratados e convenções internacionais que versam sobre o tema. Por sua vez, se a teoria adotada é a do Jusnaturalismo, o entendimento majoritário é que a pessoa humana é o fundamento absoluto dos Direitos Humanos. Neste diapasão, independente do lugar em que esteja, deve o homem enquanto ser humano ser tratado de modo justo e solidário. Dentro do pensamento jusnaturalista destacam-se as lições precisas de Dalmo de Abreu Dallari e Fabio Konder Comparato. Neste contexto específico, os

direitos humanos são preexistentes ao direito. Mas é a partir do direito que os Direitos Humanos passam a ser declarados e devem ser respeitados.

A conclusão a que se chega é que, neste caso, o Direito, ou mais precisamente a Ciência Jurídica, só existe em função do homem. E é, então, no ser humano, que se passa a fundamentar qualquer direito, incluindo-se aqui, obviamente e por tudo o que se expôs, os já referidos Direitos Humanos. Isto porque, segundo o entendimento de Dalmo de Abreu Dallari (1998, p. 9):

Para os seres humanos não pode haver coisa mais valiosa do que a pessoa humana. Essa pessoa, por suas características naturais, por ser dotada de inteligência, consciência e vontade, por ser mais do que uma simples porção de matéria, tem uma dignidade que a coloca acima de todas as coisas da natureza. Mesmo as teorias chamadas materialistas, que não querem aceitar a espiritualidade da pessoa humana, sempre foram forçadas a reconhecer que existe em todos os seres humanos uma parte não material. Existe uma dignidade inerente à condição humana, e a preservação dessa dignidade faz parte dos direitos humanos. O respeito pela dignidade da pessoa humana deve existir sempre, em todos os lugares e de maneira igual para todos. O crescimento econômico e o progresso material de um povo têm valor negativo se forem conseguidos à custa de ofensas à dignidade de seres humanos.

De acordo com a doutrina, existem três marcos históricos fundamentais referente aos Direitos Humanos: o Iluminismo, a Revolução Francesa e o término da Segunda Guerra Mundial. No Iluminismo foi ressaltada a razão, o espírito crítico e a fé na ciência. Esse movimento procurou compreender a essência das coisas e das pessoas, observar o homem natural, e desse modo chegar às origens da humanidade. A Revolução Francesa fez nascer os ideais representativos dos Direitos Humanos, quais sejam, a igualdade, a liberdade e a fraternidade.

Por fim, com o final da Segunda Guerra Mundial, os homens se conscientizaram da necessidade de não se permitir que seres humanos sofressem aquelas atrocidades novamente. Houve a criação da Organização das Nações Unidas e a declaração de inúmeros Tratados Internacionais de Direitos Humanos, como a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, entre outros.

A doutrina separa cronologicamente os documentos internacionais sobre Direitos Humanos mais importantes. O antecedente mais remoto seria a Magna Carta de 1215, que submetia o governante a um corpo escrito de normas, que destacava a inexistência de arbitrariedades na cobrança de impostos. A execução de uma multa ou aprisionamento ficava submetida à necessidade de um julgamento

justo. Para Fabio Konder Comparato, o referido documento “deixa implícito, pela primeira vez, na história da política medieval, que o rei achava-se naturalmente vinculado pelas próprias leis que edita” (COMPARATO, 2005, p.77). A análise de Hélio Pereira Bicudo pede cautela quanto ao referido documento, pois, no entendimento dele (1997, p. 31):

Essa Carta, postos de lado os louvores retóricos, não passa, entretanto, de um Pacto legal, com 61 cláusulas, cada uma delas referente aos pormenores da administração e costumes feudais ou a cuidadosas previsões, para assegurar o cumprimento das promessas nela contidas. Falta-lhe completamente qualquer ampla declaração dos princípios de governo democrático ou dos direitos do homem. Não é uma declaração de doutrina constitucional, mas um documento prático para remediar abusos correntes no sistema feudal.

Num momento histórico diferente, a *Petition of Rights* (1629) tentou incorporar novamente os direitos estabelecidos pela Magna Carta, por meio da necessidade de consentimento do Parlamento para a realização de inúmeros atos. Outro documento destacado pela doutrina é o *Habeas Corpus Act* (1679), que instituiu um dos mais importantes instrumentos de garantia de direitos criados. Bastante utilizado até nossos dias, o *habeas corpus* destaca o direito à liberdade de locomoção a todos os indivíduos (COMPARATO, 2005, p. 85 a 88).

A Declaração de Direitos do Estado da Virgínia (1776) declara que todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes e têm certos direitos inatos de que, quando entram no estado de sociedade, não se podem, por nenhuma forma, privar ou despojar de sua posteridade, nomeadamente o gozo da vida e da liberdade, com os meios de adquirir e possuir propriedade e procurar obter a felicidade e segurança. Assegura, também, todo poder ao povo e ao devido processo legal (COMPARATO, 2005, p. 95). Outro documento citado pela doutrina é a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776). Assim como a Constituição Federal de 1787 serviu para consolidar barreiras contra o Estado, como tripartição do poder, a alegação de que todo poder vem do povo; bem como estabelece alguns direitos fundamentais, como a igualdade entre os homens, a vida, a liberdade e a propriedade.

Após a Revolução Francesa (1789), foi elaborada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que garante os direitos referentes à liberdade,



propriedade, segurança e resistência à opressão. Ressalta o princípio da legalidade e da igualdade de todos perante a lei, bem como o da soberania popular. Valoriza-se a dignidade da pessoa humana. O posicionamento dos doutrinadores acerca desta declaração pode ser medido pelo pensamento de Fábio Konder Comparato (2005, p. 132):

A Revolução Francesa desencadeou, em curto espaço de tempo, a supressão das desigualdades entre indivíduos e grupos sociais, como a humanidade jamais experimentara até então. Na tríade famosa, foi sem dúvida a igualdade que representou o ponto central do movimento revolucionário. A liberdade, para os homens de 1789, limitava-se praticamente à supressão de todas as peias sociais ligadas à existência de estamentos ou corporações de ofícios. E a fraternidade, como virtude cívica, seria o resultado necessário da abolição de todos os privilégios.

A partir do século XX, tem-se a proteção de direitos coletivos em Constituições de vários países. A primeira nesse sentido foi a Constituição Mexicana de 1917, que tratava da função social da propriedade. No mesmo sentido, a Constituição de Weimar de 1919. René Ariel Dotti faz, neste sentido, um resumo simples, mas não simplista, do que sejam os Direitos Humanos, de forma a colocar, em poucas palavras, o significado da expressão: “são o conjunto de normas defendidas e aplicadas por instituições voltadas ao resguardo da dignidade, liberdade, igualdade, honra e outros direitos fundamentais dos seres humanos” (DOTTI, 2006, p. 158). O mesmo autor ainda pondera que “são os direitos elementares à dignidade humana e de múltiplas naturezas: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais” (DOTTI, 2006, p. 158).

É preciso lembrar que a questão dos Direitos Humanos perpassa uma história de dilemas éticos. Analisando-se a evolução da proteção, é preciso reconhecer que reconhecer os direitos iguais e deveres comuns demanda muita controvérsia. Isso porque é possível afirmar que só se pode conceber a ordem social a partir do que os homens têm por definição de diferença entre o bem e o mal. Disso se depreende que a educação para os Direitos Humanos não pode se dar de forma impositiva, pois o tema exige para seu perfeito entendimento análise crítica, reflexão e ação consciente.

Por isso é importante que os Direitos Humanos sejam delimitados, a partir de características próprias, que vão fazer com que todos, quando se depararem com

tais, saibam estar diante desta gama de direitos. Fábio Konder Comparato destaca que a primeira geração de Direitos Humanos tratou da preservação das liberdades fundamentais, como o direito de ir e vir, de escolher uma religião, de se expressar, entre outras. Neste caso, ele aduz que tais direitos, ou o respeito às liberdades pessoais, pressupõe e supõe a não interferência por parte do Estado na esfera de vida do próprio ser humano considerado individualmente ou em grupos sociais (COMPARATO, 2005, p. 95).

Existe uma gama de características para especificar o que sejam Direitos Humanos. A primeira destas características pode ser assinalada como a Universalidade. Isto porque todo e qualquer ser humano é sujeito ativo desses direitos. Em segundo lugar aparece a Imprescritibilidade. Essa distinção denota que os Direitos Humanos são daquela espécie que não sofre alterações com o decurso do tempo, pois têm caráter eterno. Outra característica apontada aos Direitos Humanos é a Individualidade, porque os mesmos podem ser exercidos por apenas um indivíduo. A Complementaridade também aparece como característica, pois os Direitos Humanos devem ser interpretados em conjunto, não havendo hierarquia entre eles. Uma vez que os Direitos Humanos não podem ser descumpridos por nenhuma pessoa ou autoridade, tem-se a Inviolabilidade. Como os Direitos Humanos não podem ser renunciados, outra característica a ser destacada é a da Indisponibilidade. E como não há dinheiro que possa comprar os referidos direitos, já que estão fora do comércio, tem-se a Inalienabilidade como uma de suas distinções em relação a outros tipos de direitos.

### 2.1.2 Os direitos humanos nos tratados internacionais

Os direitos fundamentais, também conhecidos como Direitos Humanos ou liberdades públicas, surgiram com a necessidade de proteger o homem do poder estatal, a partir dos ideais advindos do Iluminismo dos séculos XVII e XVIII, mais particularmente com a concepção das Constituições escritas. Como já explicitado anteriormente, os primeiros documentos que visaram à limitação do poder estatal surgiram antes mesmo do Iluminismo, ainda na Idade Média. Trata-se da Magna Carta, assinada em 1215 pelo Rei João Sem Terra, e da *Petition of Rights*, de 1629, imposta a Carlos I, ambas reconhecendo direitos aos súditos, como condição para

que os monarcas pudessem continuar em seus tronos. De acordo com a doutrina, da mesma forma consoante já explicado anteriormente, a Constituição da Virgínia, de 1776, foi a primeira Constituição escrita a reconhecer, expressamente, a existência de direitos individuais a serem protegidos pelo Estado.

Porém, o documento de maior repercussão neste sentido foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em data de 10 de dezembro de 1948. Neste sentido, é possível afirmar, sem sombra de dúvida, que após o término da Segunda Grande Guerra Mundial tem-se um marco que elevou os Direitos Humanos à categoria de tema de interesse geral, inclusive com a criação da Organização das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas foi criada quando as principais lideranças dos países vencedores da Segunda Grande Guerra reconheceram a necessidade da criação de uma associação de países que tivesse o fito de lembrar de forma constante a todo o mundo que nenhum objetivo ou ambição, fosse de pessoa, grupo social ou mesmo de um Estado, justificasse o desrespeito aos seres humanos. Dalmo de Abreu Dallari explica que a Declaração Universal dos Direitos Humanos compõe-se de 30 artigos, num conjunto indicativo dos direitos fundamentais e as respectivas exigências, e que “foi chamada de universal porque se dirige a toda a humanidade, devendo ser respeitada e aplicada por todos os países e por todas as pessoas, em benefício de todos os seres humanos, sem qualquer exceção (DALLARI, 1998, p. 73)”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu, então, para que fosse lembrado no todo e dali para frente, o valor da dignidade da pessoa humana. O documento serve para delimitar o mínimo necessário a ser respeitado por todos e também individualmente. Segundo a doutrina, a declaração foi pensada por pessoas consideradas de grande idoneidade moral, incluindo filósofos, juristas, cientistas políticos, historiadores representantes de diferentes partes do mundo. As indicações foram pormenorizadas, incluindo “exigências que devem ser atendidas para que a dignidade humana seja respeitada, para que as pessoas convivam em harmonia, para que os homens não sejam explorados e humilhados por outros”, pois só assim pode se alcançar a almejada paz (DALLARI, 1998, p. 73).

Para que se tenha a proteção dos Direitos Humanos em sua essência, dentro do cenário internacional onde se tem uma sociedade anárquica e descentralizada, é preciso que os Estados, em certa medida e com a finalidade precípua de proteção aos direitos referidos, abram mão de parte de suas soberanias.

Isto porque quando se trata de garantir a proteção a cada pessoa individualmente, titular dos Direitos Humanos em particular, a soberania como princípio absoluto configuraria um verdadeiro entrave, visto que grande parte dos diplomas de proteção aos Direitos Humanos advém de convenções e tratados internacionais referendados pelos Estados signatários e que nem sempre possuem força cogente. Então, neste sentido, abre-se mão de parcela da soberania em prol da proteção dos Direitos Humanos. É por este motivo que Hélio Pereira Bicudo assinala que os Direitos Humanos têm proteção *erga omnes* (1997, p. 39):

A questão é da maior pertinência, pois situações até comuns nos países do Terceiro Mundo, como as decorrentes da atuação de grupos de extermínio muitas vezes ligados aos órgãos de segurança pública dos Estados, se não admitir uma interpretação mais ampla dos limites cogentes das convenções internacionais, não permitiriam maiores resultados nos esforços que vêm sendo feitos para o reconhecimento da universalidade e internacionalização dos direitos humanos. Se as decisões aos tribunais internacionais valem apenas como declarações de princípios, estar-se-á estimulando parte dos Estados subscritores a sua violação pura e simples. Se, por exemplo, os órgãos de direitos humanos – não apenas os não-governamentais, mas os governamentais – não podem atuar *stricto sensu*, e se o Estado como tal se recusa a fazê-lo e, pior que isso, parte para a violação dos direitos humanos, e se não se reconhece força coativa às decisões das cortes internacionais, elas acabam por se fechar sobre si mesmas, estiolando-se nas suas atividades afins.

O Brasil é signatário de uma gama de tratados internacionais que visam à proteção dos Direitos Humanos. A Carta das Nações Unidas, adotada e aberta à assinatura pela Conferência de São Francisco em 26 de junho de 1945, foi assinada pelo Brasil em 21 de setembro do mesmo ano. No texto da carta os Direitos Humanos seriam, unicamente, as liberdades individuais. Em contrapartida, o documento afirma que há de existir um direito de autodeterminação dos povos (COMPARATO, 2005, p. 212 e 213). A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução nº 217 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, foi assinada pelo Brasil na mesma data. De acordo com a doutrina, trata-se, tecnicamente, de uma recomendação que a Assembléia Geral das Nações Unidas faz aos seus membros e, por este motivo, não teria força vinculante. Tal entendimento, entretanto, pecaria pelo excesso de formalismo, pois atualmente a vigência dos Direitos Humanos não careceria de sua inserção em documentos quaisquer que sejam (COMPARATO, 2005, p. 224).

Mais recentemente, aparece o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotado pela Resolução nº 2.200 A da Assembléia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Em seguida, tem-se o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela resolução nº 2.200 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Outra referência é a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela resolução nº 39/46 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1984, ratificada pelo Brasil em 28 de setembro de 1989.

Há ainda a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, adotada pela resolução 34/180 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979, em vigor no Brasil desde 20 de março de 1984. Mais duas referências são: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela resolução nº 2.106 A da Assembléia Geral das Nações Unidas em 21 de dezembro de 1965, ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968 e Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela resolução nº L 44 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990.

O Brasil também internalizou em seu ordenamento documentos do sistema regional interamericano de proteção de direitos, sendo que três diplomas devem ser sempre destacados: Convenção Americana de Direitos Humanos, adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, em vigor no Brasil desde 25 de setembro de 1992; Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 9 de dezembro de 1985, em vigor no Brasil desde 9 de novembro de 1989; e Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 6 de junho de 1994, ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995<sup>1</sup>.

O sistema interamericano de Direitos Humanos faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo composto pela Comissão Interamericana de

---

<sup>1</sup> A seqüência histórica dos diplomas de Direitos Humanos foi pesquisada em sites que tratam do tema, a partir da página da Organização das Nações Unidas.

Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A sistemática é simples, pois “a normativa internacional deve conviver com a interna tendo em vista que a proteção dos seres humanos ultrapassa os limites das fronteiras do Estado” (FRIEDRICH, 2007, p. 238).

O Pacto de San José da Costa Rica, internalizado no ordenamento jurídico brasileiro através do Decreto 678, de 6 de novembro de 1992, é considerado um dos mais completos dentre os tratados que visam proteger os Direitos Humanos. São 82 artigos. Na primeira parte, têm-se os “Deveres dos Estados e Direitos Protegidos”. O capítulo 1 enumera os deveres e o capítulo 2 traz os direitos civis e políticos. No artigo 3º há o reconhecimento à pessoa de sua personalidade jurídica. O direito à vida vem previsto no artigo 4º, onde se proíbe a privação arbitrária da vida de um ser humano, além de proibir também a pena de morte. O artigo 5º trata do direito à integridade pessoal e o artigo 6º busca prevenir a escravidão e a servidão.

Mas é nos dois artigos seguintes, o 7º e o 8º, que estão contemplados, respectivamente, o direito à liberdade pessoal e as garantias judiciais para proteção de direitos, com base no princípio da dignidade da pessoa humana. No artigo 7º estão previstas, na ordem, as seguintes disposições: direito à liberdade; proibição da privação da liberdade física; proibição de detenção ou encarceramento arbitrários; direito da pessoa de ser informada das causas de sua detenção; decisão quanto à manutenção da prisão por autoridade competente. Já a principal garantia do artigo 8º reside no princípio da presunção de inocência, enquanto não seja legalmente provada a culpa do acusado.

A internalização do Pacto de San José da Costa Rica ao direito brasileiro foi festejada, vez que a doutrina considera que pelo que prevê os parágrafos 1º e 2º da Constituição Brasileira de 1988, trata-se de incorporação automática à legislação nacional. Como o Brasil aderiu ao referido tratado sem formulação de qualquer objeção, concluem os escritores que o mesmo tem aplicabilidade imediata no nosso ordenamento. J. S. Fagundes Cunha e José Jairo Baluta citam Flávia Piovesan para afirmar que quando há eventual conflito entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito interno de um país deve-se adotar o critério mais favorável sendo a primazia dada à norma que melhor proteja, em cada caso, os direitos da pessoa humana. Isso porque “o Direito Internacional dos Direitos Humanos apenas vem a aprimorar e fortalecer o grau de proteção dos direitos consagrados no plano normativo interno” (CUNHA, 1997, p. 43).

Neste sentido, deve-se atentar para o fato de que a proteção aos Direitos Humanos, seja ela advinda da Constituição de um País, seja decorrente de um tratado internacional, deve estar acima de qualquer discussão. Isso porque não se aceita mais retrocessos aos avanços conquistados nesta área, visto serem os homens e mulheres detentores de direitos que podem ser considerados inatos a cada um, visto serem sujeitos de direito.

Assim basta que exista uma norma que eleve os Direitos Humanos ao patamar de direitos protegidos que todos devem observar e respeitar, sob pena de se incorrer em abusos já registrados no passado e que não mais são aceitos atualmente. No caso desta pesquisa, é a Polícia Militar que deve estar atenta a todos os diplomas de proteção aos Direitos Humanos e fazer valer tais prerrogativas para não violar, no seu trabalho diário, a dignidade da pessoa humana.

### 2.1.3 Os direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro

Os Direitos Humanos têm sua fonte primeira em princípios morais e, num segundo momento, encontram fundamento na legislação. Em relação à legislação brasileira, os Direitos Humanos têm seu fundamento de legitimidade no artigo que inaugura a Constituição Federal de 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político” (MORAES, 2008, p. 1 e 2). Neste sentido, é possível afirmar que a Constituição de 1988, que chegou a receber a denominação informal de “Constituição Cidadã” seria o diploma constitucional do Brasil que melhor foi moldado aos propósitos das declarações de Direitos Humanos. Para melhor compreensão do referido dispositivo, lança-se mão do preciso entendimento de Ingo Wolfgang Sarlet (2007, p. 82):

Os direitos fundamentais estão vivenciando o seu melhor momento na história do constitucionalismo pátrio, ao menos no que diz com seu reconhecimento pela ordem jurídica positiva interna e pelo instrumentário que se colocou à disposição dos operadores do Direito, inclusive no que concerne às possibilidades de efetivação sem precedentes no ordenamento nacional. Para que este momento continue a integrar o presente e não se

torne mais outra mera lembrança, com sabor de ilusão, torna-se indispensável o concurso da vontade por parte de todos os agentes políticos e de toda a sociedade.

Luís Roberto Barroso lembra que a Assembléia Constituinte encarregada de elaborar a Constituição de 1988 marcou o ingresso do Brasil na lista dos países democráticos depois de mais de duas décadas de um regime ditatorial. O presidente da Assembléia Nacional Constituinte foi o deputado Ulisses Guimarães, o mesmo que denominou de “Cidadã” a Constituição de 1988. Embora sujeita à críticas, o autor destaca que “é inegável que a Constituição de 1988 tem a virtude de espelhar a reconquista dos direitos fundamentais” (BARROSO, 2002, p. 42). Ele assevera que tal inovação não merece ser minimizada e, sim, louvada. A idéia não é outra senão que as declarações de direitos fundamentais constituem-se como balizas, escritas, de um rol de direitos a favor do indivíduo e a favor da coletividade na qual ele está inserido, sendo superiores ao próprio poder que os instituiu.

O texto da Constituição Federal de 1988 consagra, em seu Título II, que compreende os artigos 5º a 17, o tratamento dos Direitos e Garantias Fundamentais, sendo que seu Capítulo I, “Dos direitos e deveres individuais e coletivos”, apresentado no artigo 5º, tem por caput: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”, passando-se, então, a enumerar e explicitar estes direitos. Partindo-se da análise que estabelece que Direitos Humanos e direitos fundamentais possam ser analisados enquanto sinônimos, temos, pois, no artigo 5º da Constituição Federal e em seus incisos, os Direitos Humanos positivados no ordenamento jurídico brasileiro. Importante salientar-se, no entanto, a distinção entre direitos e garantias fundamentais, uma vez que os direitos caracterizam-se como bens dos quais as garantias pretendem assegurar a fruição. Ingo Wolfgang Sarlet escreveu a respeito (2007, p. 78):

Outro aspecto de fundamental importância no que concerne aos direitos fundamentais em nossa Carta Magna diz respeito ao fato de ter ela sido precedida de período marcado por forte dose de autoritarismo que caracterizou – em maior ou menor escala – a ditadura militar que vigorou no país por 21 anos. A relevância atribuída aos direitos fundamentais, o reforço de seu regime jurídico e até mesmo a configuração de seu conteúdo são frutos da reação do Constituinte, e das forças sociais e políticas nele representadas, ao regime de restrição e até mesmo de aniquilação das liberdades fundamentais.



As normas veiculadoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicabilidade imediata, de acordo com o teor do parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Assim, ninguém poderá ser privado no exercício de qualquer direito ou garantia fundamental sob a alegação de estar ele previsto como norma programática e, portanto, só exercitável depois de implementado pelo legislador ordinário. O mesmo Ingo Wolfgang Sarlet esclarece a respeito, ao ponderar que “o Constituinte de 1988, além de ter consagrado expressamente uma gama variada de direitos fundamentais sociais, considerou todos os direitos fundamentais como normas de aplicabilidade imediata” (SARLET, 2007, p. 281). Mais adiante, ele argumenta que não se pode levar a sério os direitos fundamentais se não for levado a sério, por sua vez, o que está inscrito no parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição e que tal preceito aplica-se, única e exclusivamente, e sem exceção, às normas garantidoras dos direitos fundamentais, ou seja, dos Direitos Humanos (SARLET, 2007, p. 282).

Ressalte-se que, nos termos do parágrafo 2º do mesmo artigo 5º em análise, “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Disso se depreende que a Constituição Federal de 1988 não reconhece e confere legitimidade apenas a direitos e garantias inseridos em seu texto, mas também a outros, fora de seu texto, e que venham a guardar conformidade com os princípios por ela adotados, ou com os tratados internacionais de que o Brasil seja signatário. Paulo Napoleão Nogueira da Silva pondera que com o referido dispositivo o legislador constituinte foi preciso, visto nenhum texto constitucional conseguir abarcar todos os direitos e garantias individuais. O referido autor analisa que, sendo assim, “os direitos e garantias não expressos na Constituição, mas que sejam oriundos de tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário são, também, direitos constitucionais” (SILVA, 2002, p. 167). Ressalte-se, por fim, que o rol dos direitos e garantias fundamentais inseridos no próprio texto constitucional não se esgota na numeração contida em seu artigo 5º. Outros há, fora do Título II da Constituição, ou seja, fora do título que trata especificamente dos direitos e garantias

fundamentais. Apenas a título de exemplo, já que não é este o objetivo do presente trabalho, é o caso, por exemplo, dos direitos que limitam o poder de tributar do Estado, contidos no artigo 150 e seguintes da Constituição Federal, dispostos no Título VI do referido diploma maior brasileiro.

É importante observar que a partir do momento em que se têm Constituições escritas, se está buscando efetivar as declarações de direitos do homem, pois a finalidade das Constituições é estabelecer limites à atuação do poder político e, mais que isso, incorporar direitos subjetivos do homem em normas formais básicas, fazendo com que o legislador ordinário não possa alterá-las ao seu arbítrio, como bem assinala o constitucionalista Alexandre de Moraes.

Para o autor, quando o povo escolhe seus representantes, na qualidade de mandatários do poder, decide através deles os destinos nacionais. Só que esse poder que o povo delega aos representantes que elege não pode ser visto como absoluto. As limitações, ainda de acordo com o autor, precisam ficar claras, visto que cada cidadão tem a proteção legal de direitos e garantias individuais e coletivas para si próprios, mas que devem ser opostas aos demais cidadãos e, mais que isso, ao próprio Estado que as define (MORAES, 2008, p. 30). Em resumo, com uma Constituição, formalizada, fica mais difícil fugir das regras estabelecidas a partir do poder dado à Assembléia Nacional Constituinte, que não fica atrelada ao passado e pensa no futuro dos cidadãos que se regerão pela nova carta constitucional e pela Assembléia Nacional Constituinte elaborada.

A Emenda Constitucional nº 45, de dezembro de 2004, acrescentou ao artigo 5º da Constituição Federal de 1998 o parágrafo 3º: “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (MORAES, 2008, p. 374). Desde que tenham por objeto o tema Direitos Humanos e que se submetam ao rito legislativo fixado pela Constituição, os tratados e convenções internacionais serão equivalentes às emendas constitucionais. O parágrafo 3º foi incluído no texto constitucional com o objetivo de se superar divergência entre o que pensam os estudiosos e o que reza a jurisprudência em relação à hierarquia dos tratados internacionais de Direitos Humanos no ordenamento brasileiro. Essa alteração na Constituição a partir da Emenda Constitucional nº 45 veio, portanto, reafirmar o *status* constitucional dos Direitos Humanos que são oriundos de tratados

internacionais. Assim é a análise de parte da doutrina, como o pensamento de Tatyana Friedrich (2007, p. 236):

Ao efetuar tal incorporação, a carta está a atribuir aos direitos internacionais uma hierarquia especial e diferenciada, qual seja, a hierarquia de norma constitucional. Os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é parte integram, portanto, o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados. Esta conclusão advém ainda de interpretação sistemática e teleológica do texto, especialmente em face da força expansiva dos valores da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais como parâmetros axiológicos a orientar a compreensão do fenômeno constitucional.

É importante salientar que os Direitos Humanos, essenciais à pessoa humana, devem estar no topo da hierarquia em relação a outros direitos previstos no ordenamento jurídico. Por isso o sempre atual entendimento de Konrad Hesse, de que as Constituições não podem ser tratadas como “folhas de papel” é oportuno. Para o autor, “embora a Constituição não possa, por si só, realizar nada, ela pode impor tarefas” (HESSE, 1991, p. 9; 19). Isso porque é a própria sociedade que deve buscar a efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente. Caso contrário, se assim não for, corre-se o risco de se ter os Direitos Humanos como bandeiras pela paz, sem nenhuma harmonia entre o que se pretende e o que se tem na prática. Dentro desse contexto, é preciso inserir, na proteção que se pretende dar aos Direitos Humanos, a atividade desenvolvida pela Polícia Militar. Isso porque a Polícia é uma instituição de serviço à cidadania naquilo que é um de seus principais anseios que é a garantia da Segurança Pública.

Por isso, Direitos Humanos também é assunto de Polícia. No entendimento do atual Coronel da Polícia Militar do Paraná, Roberson Luiz Bondaruk, “o policial-militar é um verdadeiro instrumento de defesa dos Direitos Humanos, uma vez que tem por missão constitucional a preservação da ordem pública, e a ofensa ilegal a esses direitos altera a ordem pública” (BONDARUK, 2005, p. 119-120). O Coronel da Polícia Militar de São Paulo, Carlos Alberto de Camargo, destaca que o policial militar lida diuturnamente num ambiente adverso, que pede que ele tenha uma formação moral elevada, sem o que incorre no risco de se exceder. Tal não seria adequado, pois, segundo ele, o policial atua em nome do Estado e “deve ter como valor maior a dignidade humana e como centro de sua

atenção, o desenvolvimento da pessoa humana, valorizando a cidadania” (CAMARGO, 1999, p. 197).

## 2.2 ATIVIDADE POLICIAL E DIREITOS HUMANOS

### 2.2.1 A necessidade da polícia

#### 2.2.1.1 Breve histórico da Polícia Militar no Brasil

As polícias organizadas militarmente remontam à Roma antiga. No Brasil, desde a vinda de Martin Afonso de Souza e Tomé de Souza há registros do policiamento militar em vilas, a partir de documentos de 1549, 1569, 1570 e 1574. O modelo militar de polícia foi evoluindo da mesma forma que evoluiu o País recém descoberto (CAMARGO, 1999. p. 195).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, há 200 anos, houve a necessidade de proteção diferenciada ao príncipe e aos seus familiares, visto que eram pessoalmente não só os representantes, mas o próprio Estado. É pelo Decreto de 13 de maio de 1809, baixado pelo príncipe Regente D. João VI, meses depois da transferência da Família Real para o Brasil, que se firmou esse registro.

De acordo com o Coronel da Polícia Militar do Paraná, Wilson Odirley Valla, atualmente na Reserva Remunerada, “trata-se de um dos primeiros diplomas legais que, dispondo sobre a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte, contém, também, os princípios que secularmente vêm norteando essa atividade” (VALLA, 2004. p. 18). Seria este, portanto, para o doutrinador, o texto que trata do primeiro núcleo efetivo de milícia policial do País.

De lá para cá, a história coloca a Polícia, e no que interessa a esta pesquisa, a Polícia Militar, como aquela força que deveria proteger o Estado. Após a monarquia, com o surgimento da república e a evolução da sociedade, assim ocorreu. Com o advento da Democracia e do Estado Democrático de Direito, houve necessidade de repensar a própria instituição Polícia Militar.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido qual o papel dado a esta força auxiliar do Exército. O artigo 144 do referido diploma trata da Segurança Pública. Tal dispositivo está inserido no Título V da Carta Magna, em seu

Capítulo III, cuja especificidade é “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”. Diz, textualmente, o artigo 144: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Em seguida, aparecem os órgãos incumbidos da segurança pública e, no inciso V, a Polícia Militar.

A verdadeira incumbência da Polícia Militar vem explicitada no parágrafo 5º do artigo 144 da Constituição de 1988: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. Na sequência, o mesmo parágrafo fala da atribuição dos Corpos de Bombeiros Militares. O Coronel da Polícia Militar do Paraná, Wilson Odirley Valla, resume de forma clara e objetiva essa missão dada pela Constituição às Polícias Militares.

Segundo ele, “a polícia, entendida de maneira simples, consiste no órgão da administração direta do Estado, responsável pela segurança pública, cujos contornos e limites estão fixados pela lei maior” (VALLA, 2004, p. 8). Na mesma obra, ele conclui que é importante que se reconheça que a tendência, em função da violência urbana, é “a integral dedicação das polícias militares ao provimento da segurança pública, assim entendida como a proteção e o socorro do indivíduo e da comunidade” (VALLA, 2004, p. 21).

Mas nem sempre foi assim. Há pouco mais de 20 anos o Brasil passou a ser ordenado pela atual Constituição e as regras vigentes passaram de um Estado Democrático de Direito. Neste sentido, a Polícia Militar deixou de proteger o Estado para atuar na proteção do cidadão, sujeito de direitos.

Para agir, a Polícia Militar agora precisa estar de acordo com os ditames de Direitos Humanos, sob pena de atuar desrespeitando a própria Constituição, a principal lei do País. Isso porque a mais perigosa das violências perpetradas contra os direitos os Direitos Humanos é a que cometida pelo próprio Estado.

A doutrina resume o papel da Polícia Militar na atualidade, em relação à atuação da Polícia Militar, que deve ter um papel diferente do que somente o de fazer cumprir a lei e manter a ordem na base da força. Diz o autor que a Polícia Militar “deve ser encarada como um serviço público essencial, à disposição da população, pois o conceito de proteção prevalece sobre a repressão” (BONDARUK, 2007, p. 15).

### 2.2.1.2 A Polícia Militar do Amazonas

A Polícia Militar do Amazonas já ultrapassou a marca histórica dos 170 anos. Tendo sido criada inicialmente para conter uma rebelião iniciada em Belém do Pará – a Cabanagem (1835-1840) – foi criada a força estadual em 4 de abril de 1837. Na oportunidade, o Presidente da Província do Pará, General Soares D'Andrea, estabeleceu as Instruções Gerais, que autorizou a criação, em qualquer vila da região amazônica, de uma Guarda Policial cuja missão seria combater os cabanos. O efetivo inicial da Polícia Militar do Amazonas foi de 1.339 homens<sup>2</sup>.

O primeiro comandante foi o Tenente Coronel de Artilharia Albino dos Santos Pereira. Da fundação aos dias atuais, foram várias as denominações: Guarda Policial, Corpo Policial do Amazonas, Batalhão Militar de Segurança, Regimento Militar do Estado, Batalhão Militar e Força Estadual. A atual denominação – Polícia Militar do Amazonas – é datada de 14 de novembro de 1938.

Quase setenta anos depois de receber a denominação atual, a Polícia Militar do Amazonas chega ao século XXI com missão diferente da inicial. Atualmente, mais de 80% da população do Estado da Federação mora em centros urbanos<sup>3</sup>. Isso demanda a necessidade de se ter uma força policial para atuar voltada a agir em consonância com o que a população espera de uma corporação policial.

Isso porque a migração do homem, do campo para as cidades, fez eclodir uma situação de insegurança, que pode ocorrer em níveis diferentes, mas que assola a todas as regiões do país, visto que tal situação não decorre da eficiência ou deficiência do sistema policial, “mas sim de um fato puramente social, aliado à má distribuição das riquezas e combinado, como se não bastasse, com a precariedade do ensino que é destinado à maioria da população” (ASSIS, 1999, p. 17).

Neste sentido, a Polícia Militar do Amazonas tem buscado concentrar investimentos no aprimoramento de seu pessoal, buscando prestar um serviço cada vez com melhor qualidade e se reestruturando, dentro das premissas que se apresentam no mundo contemporâneo, para melhor proporcionar segurança à

---

<sup>2</sup> Dados obtidos junto à 5ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Amazonas.

<sup>3</sup> Informação obtida junto à Assessoria de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Amazonas.

sociedade amazonense, dentro do que se espera de uma corporação policial num Estado Democrático de Direito.

#### 2.2.1.3 A 17ª Companhia Interativa Comunitária

A 17ª Companhia Interativa Comunitária (17ª CICOM) é uma Organização Policial Militar criada através da Lei Delegada Nº 88 de 18 de maio de 2007, subordinada ao Comando do Policiamento de Área da Zona Oeste (CPA/O). A referida Companhia está localizada na região centro-oeste da cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas. Assim, faz parte do Comando do Policiamento Metropolitano. Atualmente, conta com 50 militares que integram sua tropa. A principal missão da Companhia em análise é o policiamento de eventos e desenvolvimento de Policiamento Comunitário. Os policiais militares ali lotados são responsáveis diretamente por prover a segurança de cerca de 130 mil pessoas e indiretamente a Companhia atende a um número maior de pessoas em função de eventos realizados na área de atuação, como o Carnaval, jogos de futebol, vez que a estrutura de atendimento ao público está erguida na zona a qual pertence a unidade. Estruturalmente, a 17ª CICOM é comandada por um Oficial Major, que tem como subordinados, capitães, tenentes e praças. A 17ª CICOM tem como área de atuação os bairros: Da Paz, Redenção, Santos Dumont, Hiléia, Belvedere, Campos Elíseos, Jd de Versalles e Vista bela, conforme Anexo A.

Estritamente operacional, a referida Companhia tem por meta atuar dentro da filosofia de Policiamento Comunitário e, neste sentido, optou prioritariamente por pautar sua forma de trabalho de conforme com os ditames de Direitos Humanos. Por ser uma unidade que está diuturnamente em contato com o público, não pode agir fora da legalidade, pois se assim for feito, vai ocasionar um desgaste entre a Corporação e a população. Mais adiante, quando se verificar de que forma deve ser realizado o Policiamento Comunitário – numa parceria entre a Polícia e a comunidade – vai-se estabelecer tais critérios.

## 2.3 A POLÍCIA MILITAR E A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Num Estado Democrático de Direito as instituições, em geral, não podem desviar-se das missões que lhes são conferidas pela Constituição Federal. A missão precípua da Polícia Militar é manter a ordem pública e preservar a incolumidade das pessoas e do patrimônio, consoante a previsão do artigo 144, em seu parágrafo 5º, da Carta de 1988. Assim é que, para atuar e cumprir com suas funções, também a Polícia Militar, da mesma forma que qualquer das esferas governamentais, deve se pautar pela proteção das pessoas e dos direitos que elas possuem. Partilha deste pensamento Dalmo de Abreu Dallari (1998, p. 70):

O Poder Executivo tem a obrigação de manter repartições e funcionários encarregados de proteger as pessoas e seus direitos. Grande parte dessa responsabilidade cabe à Polícia, que deve exercer vigilância permanente, para evitar a prática de atos prejudiciais ao direito de alguém. As leis dizem o que a Polícia deve e pode fazer, sendo indispensável que as autoridades policiais também a respeitem, pois se elas agirem fora da lei, mesmo que seja com a desculpa de proteger as pessoas, ninguém estará seguro. Na verdade, é absurdo uma autoridade praticar atos ilegais e dizer que faz isso para garantir que as leis serão respeitadas.

Da análise de Dalmo de Abreu Dallari pode-se destacar que a Polícia, e no que é objeto desta pesquisa, a Polícia Militar, tem o encargo de agir de forma responsável na defesa do cidadão, sem que para isso venha a prejudicar direito de outra pessoa. Assim é a análise do Coronel da Polícia Militar do Paraná, Wilson Odirley Valla, que destaca que o pensamento ora comum de que a Polícia, para efetuar bem seu trabalho, precisaria intervir quando fosse necessário sem preocupar-se com restrição alguma, é equivocado. Para ele, falar que a Polícia precisa intervir sem restrições não significa entender tal assertiva em absoluto pela significação da expressão em comento, pois restrições existem. São as limitações legais quanto à competência, à forma e a finalidade do ato que caracterizam as ações da polícia num Estado Democrático de Direito (VALLA, 2004, p. 10). Para completar o raciocínio, o Oficial assevera que “a polícia pode e, em determinadas ocorrências, deve agir energicamente, mas sempre dentro dos limites legais e do interesse público adequado” (VALLA, 2004, p. 10).

Assim é que entra em cena, também na atuação da Polícia Militar, a necessidade do respeito aos Direitos Humanos. Isso porque, quando não há o



devido respeito às pessoas, ocorrerá, por consequência, uma desaprovação do trabalho daquele ente – no caso, a Polícia Militar – que agiu em desconformidade com o que se espera de uma instituição que pertence a um Estado Democrático de Direito. Os países que desrespeitam as regras vigentes quando à proteção aos Direitos Humanos – e é preciso observar que são regras de cunho internacional em função de estarem contidas em tratados e convenções – passam a ser vistos pela opinião pública como países que violam diretamente a dignidade da pessoa humana. Isso fica ainda mais evidente quando o desrespeito se dá através dos agentes estatais que existem para garantir a incolumidade do cidadão.

A autoridade que age em desconformidade com os diplomas legais de proteção aos Direitos Humanos, literalmente, será carecedora de autoridade e, neste sentido só vai conseguir resultados práticos de sua ação a partir da arbitrariedade, já que não mais será considerada pela legitimidade da função que ocupa. O entendimento de Wilson Odirley Valla (2004, p. 25) dá bem a dimensão do problema:

Enquanto os profissionais de uma força militar estão voltados para a guerra, isto é, para a defesa externa, mais para as armas do que para a lei, tendo no extermínio do potencial inimigo o meio do sucesso militar, os profissionais de uma força policial devem estar preparados para prevenir e reprimir (não o homem, mas o crime por ele praticado), com o máximo de respeito aos direitos humanos.

Em 17 de dezembro de 1979, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou um Código de Conduta para pautar a atuação daquelas pessoas incumbidas pelo Poder Público de fazer cumprir a lei. O atual Coronel da Polícia Militar do Paraná, Roberson Luiz Bondaruk lembra que tal código declara que os funcionários imbuídos da referida função deverão respeitar e proteger a dignidade da pessoa humana, bem como, manterão e agirão na defesa dos direitos humanos de todas as pessoas. O doutrinador esclarece ainda que o Código a que se refere “autoriza o uso da força estritamente no necessário, proíbe tortura e solicita a total proteção da saúde das pessoas sob sua custódia” (BONDARUK, 2005, p. 112). Os três primeiros artigos do Código de Conduta merecem transcrição:

Art. 1º O policial cumprirá a todo momento os deveres que os impõe a lei, servindo a sua comunidade e protegendo todas as pessoas contra os atos ilegais e de acordo com o alto grau de responsabilidade exigido por sua profissão;

Art. 2º No desempenho de suas tarefas, o policial respeitará e protegerá a dignidade humana, manterá e defenderá os direitos humanos de todas as pessoas;

Art 3º O policial poderá usar a força somente quando for estritamente necessário e na medida que requeira o desempenho de suas tarefas.

Atinente ainda a essas questões, o governo brasileiro decidiu instituir, em 13 de maio de 1996, através do Decreto N 1904, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), seguindo uma tendência mundial de preocupação com o respeito aos cidadãos. O referido programa foi alterado em 2002, valorizando-se ainda mais os preceitos de Direitos Humanos, e no que concerne à Polícia Militar, exigindo dos escalões de comando que despertem a consciência para a necessidade do cumprimento das regras já esmiuçadas (BONDARUK, 2005, p.112). Por isso a importância da formação adequada do policial militar em consonância com a ordem vigente do respeito aos Direitos Humanos. Os cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Policiais Militares, seja em nível de praças e, mais ainda, em nível de Oficiais – já que estes são responsáveis por irradiar as diretrizes de comando a todos os demais subordinados – devem se pautar pela tendência mundial ora exarada, que não pode mais ser ignorada.

Quer dizer, não se pode mais deixar de integrar a Polícia Militar à sociedade. A formação a que se alude vai no sentido de que cabe, hodiernamente, às polícias proteger o cidadão e não mais apenas reprimir ações que venham a conturbar a ordem. Isso porque, a “formação mais adequada ao PM, bem como a prática profissional mais sadia, levam-no a pautar a sua conduta segundo a ótica de uma atividade protetora da sociedade” (VALLA, 2004, p. 39).

Não é por outro motivo que se deve pensar numa formação sólida para o Policial Militar, que desempenha uma das funções mais complexas e difíceis do mundo moderno. Para agir na defesa do cidadão ele precisa de especialização e conhecimento diferenciado do que ocorre em várias outras profissões. Um Policial Militar não pode ser amador. Se esta foi a profissão escolhida, o profissional deve ter em mente que necessita cada vez mais buscar – e as instituições policiais oferecer – um conhecimento específico, pautado sistematicamente em produção científica. Não é possível e cabível o empirismo. Sem estes cuidados, quem perde é a sociedade, como apregoa Marcos Rolim (2006, p. 97):

Enquanto essa questão de fundo não começar a ser enfrentada, continuaremos tendo um quadro de policiais despreparados, via de regra dispostos a cometer atos violentos contra os mais humildes e contra aqueles que chamam de 'vagabundo'. Policiais que, no fundo, não passam de amadores com certo grau de periculosidade, disputando o reconhecimento de seus pares pelo número de prisões realizadas e desprezando, do alto de uma ignorância orgulhosa de si mesma, qualquer conversa a respeito de prevenção e, por decorrência, de policiamento comunitário.

Leia-se, a partir do entendimento do especialista Marcos Rolim, que quando a Polícia Militar age desprezando-se qualquer diploma de Direitos Humanos, acaba por desprezar também o Estado Democrático de Direito. Pois, quando o Policial Militar é bem treinado, seja em sua formação ou aperfeiçoamento, e quando tem clara a sua missão junto à sociedade, ele sabe que qualquer ato atentatório, de sua parte, que venha a afrontar a dignidade da pessoa humana, o colocará, bem como a instituição, em descrédito. Não é possível desenvolver, em pleno no século XXI, atividade policial sem atentar para as transformações que a sociedade teve e para a evolução no que diz respeito aos Direitos Humanos.

Desta maneira, não se deve acreditar que as regras existentes nas antigas estruturas do Estado e da própria Polícia Militar – quando existia para defender o Estado – possam ser ressuscitadas hoje. A sociedade exige do Policial Militar, no exercício de suas funções, a aplicação das regras de Direitos Humanos, sob pena deste profissional cair em descrédito perante a quem deve proteger.

## 2.4 POLÍCIA COMUNITÁRIA

### 2.4.1 Conceito

O termo Polícia Comunitária deve ser diferenciado do termo Policiamento Comunitário. Embora muitas vezes as duas denominações apareçam como sinônimos é preciso estabelecer tecnicamente seus respectivos conceitos. Enquanto a denominação “Policiamento Comunitário” deve ser entendida como “uma atividade específica da polícia, compreendendo todas as ações policiais decorrentes desta estratégia”, a “Polícia Comunitária”, de acordo com os Oficiais da Polícia Militar do Paraná, Roberson Luiz Bondaruk e César Alberto Souza (2007, p. 48 e 49), pode ser definida como:

Um conceito mais amplo, que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de 'os seis grandes'. São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia.

Do conceito esmiuçado acima, tem-se que as questões de Segurança Pública que normalmente são colocadas como responsabilidade apenas das Polícias, e mais ainda da Polícia Militar por ser responsável pelo policiamento preventivo e ostensivo fardado, não podem mais ser tratadas à margem de uma ação que envolva todos os segmentos da sociedade. É este tipo de Polícia, a Polícia Comunitária, que se pede a partir das previsões do Plano Nacional de Segurança Pública, que prescreve que a estrutura de Segurança Pública aceita para os dias atuais "só será eficaz em um contexto democrático se houver a participação da comunidade no planejamento, na fiscalização e na correição das atividades de segurança". Pois bem, assim sendo, é mister esclarecer que a filosofia de Polícia Comunitária será posta em prática a partir do conceito de Policiamento Comunitário, que se traduz na atuação preventiva do policial em conjunto com os cidadãos de determinada localidade, num esforço de mão dupla para se identificar e resolver os problemas que se não forem solucionados, se tornarão problemas de Segurança Pública.

Assim, a doutrina normatiza que "o policiamento comunitário encoraja uma nova parceria entre as pessoas e a sua polícia, alicerçada na confiança, no respeito mútuo, no civismo e no apoio" (BONDARUK, 2007, p. 56). Neste diapasão, não é utopia afirmar que a Polícia Comunitária só será levada a efeito se os diplomas de proteção dos Direitos Humanos forem respeitados.

A polícia não pode agir mais apenas pela autoridade, mas deve atuar pautada prioritariamente, na legitimidade, pois a legitimidade surge da aceitação da autoridade. Este é o pensamento de Marcos Rolim (2006, p. 83), para quem a presença do policial em ações solidárias nas comunidades tem a ver diretamente com a legitimidade do trabalho policial. Ele vai além ao afirmar que:

É preciso que os policiais comunitários rompam o paradigma do 'nós e ele' em suas relações com os moradores e possam abdicar do pretendido direito a uma autodefinição. Em vez de se refugiarem atrás dos seus procedimentos técnicos e de suas patentes, ou de evitarem o 'olhar profano' e o convívio com os civis, cabe aos policiais comunitários a realização de uma estratégia de interação pela qual as comunidades possam, finalmente, identificar a polícia como a *sua* polícia (com grifo no original).

Assim, para que a Polícia Comunitária não seja apenas um sonho ou uma bonita teoria levantada e pesquisada, estudiosos, governos, Polícias e sociedade devem se dar as mãos com o objetivo de levar mais segurança a todos e também com a esperança de que sejam respeitados os Direitos Humanos, pois uma Polícia que se pauta em tal filosofia verá o homem enquanto cidadão e não como potencial inimigo à mercê do cometimento de um crime. O exemplo serve para que não se repitam outros exemplos, ruins para os profissionais de polícia, que são aqueles exemplos de policiais que cometem atos arbitrários contra a dignidade da pessoa humana e que acabam por manchar não apenas a sua reputação frente ao cidadão como também a imagem de sua corporação.

#### 2.4.2 Aplicação do policiamento comunitário no Brasil

A evolução da Polícia Comunitária pode ser medida a partir dos anos 1950. Entre as décadas de 50 e 60 o pensamento comum dos responsáveis pela Polícia no Brasil era que se deveria restringir e até mesmo evitar que policiais mantivessem contato com pessoas da comunidade. Essa relação mais estreita era vista como uma potencial forma de corrupção policial. Os policiais que faziam o patrulhamento em duplas, a pé, na forma que se convencionou denominar "Cosme e Damião", eram orientados a permanecerem longe dos moradores, dos comerciantes e demais pessoas que pudessem encontrar na sua rotina diária de trabalho. A prevenção ao crime através destes policiais deveria se dá apenas e tão somente em função da presença da dupla naquele determinado setor em que se desenvolvia o patrulhamento a pé. Isso não se deu apenas no Brasil. Canadá, Nova Iorque, Inglaterra e outros países ditos de primeiro mundo mantinham este distanciamento entre policiais e comunidade. O trabalho policial, da mesma forma que no modelo adotado pelo Brasil, era reativo. O policial apenas é acionado quando da necessidade do atendimento a uma ocorrência. A polícia faz

seu trabalho e a comunidade não se envolve, vez que Segurança Pública seria apenas problema de Polícia<sup>4</sup>.

Essa visão tacanha de combate ao crime, por óbvio, não combate efetivamente a criminalidade. Foi preciso uma volta às origens para mudar a visão descrita acima. Isso porque a natureza do policial sempre foi comunitária. A polícia nasceu com o objetivo de proteger o cidadão de bem das pessoas que buscavam fazer o mal a eles. Dois séculos depois, desde a vinda da Família Real para o Brasil, busca-se solução para a criminalidade e muitos especialistas acreditam que esta solução está na Polícia Comunitária, pois tal forma de se fazer policiamento “busca uma mudança na cultura de relacionamento entre o cidadão e a polícia. Para isso é importante observar que a comunicação mais direta e cotidiana entre o policial e o cidadão pode reverter esse quadro” (BONDARUK, 2007, p. 63). Neste sentido, e para minar o distanciamento entre o policial e a população para a qual ele deve garantir segurança, os Oficiais da Polícia Militar do Paraná Roberson Luiz Bondaruk e César Alberto Souza (2007, p. 65) apregoam a necessidade de implantação do Policiamento Comunitário. Os autores ponderam que:

O Policiamento Comunitário procura restabelecer a importância da OPM de área, pois esta é que terá melhores condições de desenvolver ações preventivas, pois terá além de mais informações que a unidade especializada, tem maior compromisso com a solução dos problemas locais e poderá dar um tratamento individualizado e personalizado para as pessoas daquela comunidade.

De acordo com a doutrina, o Brasil começou a adotar efetivamente a filosofia de Policiamento Comunitário a partir da década de 80. Desde então, cada polícia, e principalmente cada Instituição Policial Militar começou a pinçar elementos da filosofia e adotar conforme as peculiaridades locais. O precursor da adoção da filosofia de Polícia Comunitária no Brasil foi o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira, da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Entre 1984 e 1987, o Rio de Janeiro incorporou os princípios de uma instituição policial que se volta para a prestação de serviços públicos e a proteção da comunidade. Quase 10 anos depois, implantou-se naquele Estado um sistema de Policiamento Comunitário. O bairro escolhido foi Copacabana,

---

<sup>4</sup> No site da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso, estão elencadas as especificações do Policiamento Comunitário, cujo acesso se dá pelo endereço eletrônico <http://www.seguranca.mt.gov.br/pc.php?IDCategoria=19>

onde 60 policiais militares treinados passaram a atuar conforme os princípios já anotados. Mas o resultado não foi o esperado. A criminalidade organizada passou a “minar” o projeto, recrutando os policiais para o lado da marginalidade. Esta é uma questão que precisa ser enfrentada, conforme Marcos Rolim (2006, p. 32 e 33):

Primeiro porque quando se degrada a imagem pública da polícia, torna-se mais difícil conquistar a confiança dos cidadãos para qualquer projeto de segurança que envolva esta mesma polícia. Segundo porque quando se sugere que a polícia é corrupta, os policiais tendem a cerrar fileiras em defesa de sua instituição e de sua própria honra. E se os policiais corruptos são influentes – o que normalmente é o caso –, eles terminarão neutralizando a possibilidade de colaboração dos demais policiais com as autoridades interessadas em diminuir e controlar a corrupção. Políticas sérias de combate à corrupção devem, por isso, ser traçadas e executadas com discrição.

A corrupção é um problema que deve ser enfrentado para o sucesso da implantação do Policiamento Comunitário. Isso porque o cidadão só vai confiar no policial que está sempre na sua comunidade se puder ver nele um profissional comprometido com suas atribuições e imbuído do dever que o coloca ali frente a frente com a população. Caso contrário, de nada adiantará investimentos em novas e mais eficientes formas de policiamento, treinamento adequado aos profissionais e o chamamento da população para integrar a filosofia que se apresenta. Isso ocorre porque “boa parte da população vê a polícia com desconfiança e medo e o policiamento comunitário, entre outros efeitos, foi pensado como uma estratégia para melhorar o relacionamento da polícia com os cidadãos” (BONDARUK, 2007, p. 98).

Assim, tem-se no Policiamento Comunitário uma ferramenta que vem sistematizar a forma da Polícia, e mais precisamente a Polícia Militar, atuar e proporcionar Segurança Pública com cidadania às comunidades onde está presente. O Policiamento Comunitário é parte integrante do Plano Nacional de Segurança Pública, aparecendo como um dos princípios do referido documento que passa a nortear a ação policial em todos os Estados brasileiros. O Plano Nacional de Segurança Pública coloca o Policiamento Comunitário como uma alternativa necessária, por exemplo, para envolver os diversos atores que são chamados a agir quando a questão que se enfrenta é dever do Estado, mas responsabilidade de todos, conforme preconiza a atual Constituição Federal, no sentido de que:

participação não é uma palavra vazia, um slogan demagógico, uma retórica populista, nem uma fórmula mágica. É condição efetiva da elaboração

competente e do monitoramento racional de toda política pública de segurança que se pretenda consistente e conseqüente. Esse novo ângulo de abordagem exige que as proposições estejam em sintonia com a complexidade do problema a ser enfrentado e, portanto, se traduzam em projetos multidimensionais, que mobilizem recursos multissetoriais, que envolvam atores públicos e privados de diferentes tipos e que se inspirem em conhecimentos interdisciplinares. O resultado terá a forma de um conjunto que incluirá ações nas esferas econômica, social, cultural, psicossocial, política, judicial e policial. Segurança pública torna-se, assim, uma constelação de temas que dizem respeito a um espectro abrangente de áreas de atuação do Estado e da sociedade, da educação e da saúde, até o esporte, a habitação e o planejamento urbano.

#### 2.4.3 A filosofia de policiamento comunitário na 17ª Companhia Interativa Comunitária (CICOM)

Partindo-se da premissa que não cabe mais às Polícias atuarem de forma isolada e tampouco atuar de forma a enxergar no cidadão um inimigo em potencial, as corporações passaram a planejar suas ações a partir da contextualização da Segurança Pública como parte de um sistema democrático. Mais que isso, ratificado pelo entrevistado, conforme Apêndice A, as corporações passam, agora, a levar em consideração que a ação precisar estar sintonizada com as comunidades, que também mudaram sua forma de ver Segurança Pública. Se por um lado as comunidades estão se organizando em Conselhos Comunitários de Segurança ou outras formas de organização do gênero, por outro a Polícia Militar tornou-se parceira da comunidade, a partir da filosofia de Policiamento Comunitário.

Assim, são levadas em conta as peculiaridades locais. Não é diferente com a missão da 17ª Companhia Interativa Comunitária (CICOM), da Polícia Militar do Amazonas, em Manaus. Da mesma forma, partindo-se da premissa de necessidade de respeito aos Direitos Humanos, os planos de comando das unidades policiais passaram a focar em ações que venham de encontro aos diferentes documentos que visam à proteção da dignidade da pessoa humana, pois segundo o entendimento da doutrina (GREGORI, 1998, p. 42):

O dever para com a causa dos direitos humanos é bastante claro: é o de garantir o exercício dos direitos humanos a toda a sociedade, a cada indivíduo, facilitando o seu acesso à informação, disponibilizando os instrumentos necessários a esse exercício, apoiando aqueles que já realizaram estas tarefas com êxito, cuidando para que os abusos sejam



coibidos, enfim, ampliando as perspectivas de cidadania para todos, indistintamente.

Parte desse dever com a causa dos Direitos Humanos integra as atribuições da Polícia Militar. Por conta disso, o Plano Estratégico de Comando da 17ª Companhia Interativa Comunitária engloba a implementação de ações integradas com ênfase ao patrulhamento ostensivo comunitário para a minimização ou eliminação da incidência criminal, dentro de uma doutrina de Empenho de Policiamento Comunitário. Entre os objetivos específicos do plano em comento aparece a necessidade de se enfatizar a Doutrina de Policiamento Comunitário – como missão principal. Esse enfoque, conforme o Plano será dado nos momentos de encontro entre o comando e a tropa, com palestras de sensibilização para os comandantes de pelotão e fração de equipes de Policiamento Comunitário, para mostrar a importância do modelo de Patrulhamento Comunitário e da utilização de novas ferramentas gerenciais para melhorar a gestão da 17ª CICOM e sua imagem perante a comunidade amazonense.

O foco é sempre o usuário-cidadão, ou seja, quem é o destinatário dos serviços da Polícia Militar na área de atuação da CICOM. Assim, uma das preocupações principais está na capacitação dos recursos humanos, como forma de revigorar a Doutrina de Policiamento Comunitário, sem que isso signifique relevar a segundo plano a disciplina, o espírito de corpo e de luta, a coesão e a unidade. O Plano de Comando prevê ainda todo um processo educativo voltado para a divulgação da Doutrina de Policiamento Comunitário como forma de aumentar o conhecimento sobre o assunto, afastar o imprevisto e eventual despreparo encontrado e ainda colocar um ponto final em vícios encontrados na tropa. O Plano fala também da integração com as demais forças policiais, pois no que diz respeito à modalidade de Policiamento Comunitário, uma das prioridades estabelecidas pelo Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Polícia Militar do Amazonas é a integração de todos os órgãos de segurança pública por intermédio das ações de cunho cooperativo.

Por fim, o Plano confirmado pelo Entrevistado (APÊNDICE A, 2008) traz a necessidade de maior integração entre a Polícia Militar do Amazonas e a comunidade existente no perímetro de responsabilidade da 17ª CICOM. Isso se dará, conforme o plano, pela promoção de encontros com as lideranças comunitárias, pela motivação para a criação de Conselhos Comunitários de

Segurança Pública, pelo levantamento das necessidades de policiamento através dos processos de análise estatística de coleta de dados e por um cronograma de visitas e reuniões comunitárias.

Na conclusão, o Plano de Comando estabelece que a 17ª Companhia Interativa Comunitária é uma unidade operacional cujas atribuições estão voltadas ao Policiamento Comunitário e Eventos. Esta organização policial possui como principais valores a qualidade dos serviços prestados à população, bem como a preservação da doutrina de Polícia Comunitária, filosofia considerada a espinha dorsal da Segurança Pública e que se pauta pelo respeito aos Direitos Humanos.

## 2.5 O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

### 2.5.1 Digressões sobre o plano nacional de segurança pública

O Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em junho de 2000, é um documento no qual constam metas ou compromissos firmados pela administração pública para com o cidadão. Muitos desses compromissos ainda não foram efetivamente postos em prática, mas pode-se afirmar que as obrigações assumidas ou sugeridas pelo governo federal para serem implementados em conjunto com os governos estaduais são positivas, no sentido de que visam prevenir e/ou reprimir o mal – leia-se criminalidade – que se pretende enfrentar.

O Plano Nacional de Segurança Pública está regido por princípios, conforme o que se transcreve a seguir<sup>5</sup>:

1. Direitos Humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários;
2. O Sistema de Justiça Criminal deve ser democrático e justo, isto é, orientado pela equidade, acessível a todos e refratário ao exercício violento e discriminatório do controle social;
3. Ação social preventiva e ação policial são complementares e devem combinar-se na política de segurança;

---

<sup>5</sup> No endereço eletrônico da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Mato Grosso aparecem estabelecidos os princípios Plano Nacional de Segurança Pública. O site pode ser acessado através do endereço eletrônico <http://www.seguranca.mt.gov.br/secretaria.php?IDCategoria=85>.

4. Polícias são instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações;
5. Policiais são seres humanos, trabalhadores e cidadãos, titulares, portanto, dos direitos humanos e das prerrogativas constitucionais correspondentes às suas funções.

A partir dos princípios, o Plano Nacional de Segurança Pública estabelece metas, de acordo com o que se transcreve a seguir<sup>6</sup>:

1. Promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos;
2. Contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal;
3. Aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado;
4. Reduzir a criminalidade e a insegurança pública;
5. Controlar o crime organizado e eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas;
6. Bloquear a dinâmica do recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico;
7. Ampliar a eficiência policial e reduzir a corrupção e a violência policiais;
8. Valorizar as polícias e os policiais, reformando-as e requalificando-os, levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos.

Observe-se que são ações de conteúdo generalizado. No próprio Plano Nacional de Segurança Pública, tal conteúdo se justifica, visto que se considera que:

Esse caráter universal ou difuso da insegurança é confirmado pelo fracasso das políticas de segurança truculentas, praticadas nas últimas décadas na maioria dos estados: políticas orientadas para a proteção exclusiva das elites não funcionam; cercar as regiões nobres das cidades e lançar as polícias como cães sobre as periferias não resolve. Essas políticas produzem o terror nas periferias, mas nem por isso conseguem garantir a defesa dos bairros privilegiados. Todos acabam sendo prejudicados, até mesmo as elites, a quem não interessa uma polícia incompetente e cúmplice do crime. Esse descalabro produziu uma sucessão de desastres e concorrem para a geração do quadro de impunidade, irracionalidade, ineficiência e barbárie que herdamos, além de ter contribuído para degradar as instituições policiais, tornando-as mais arbitrárias, violentas e corruptas, e aprofundando o fosso que as separa da população.

---

<sup>6</sup> Da mesma forma, foram elencados no mesmo endereço eletrônico já nominado acima as metas para o referido Plano.

A partir dos princípios já elencados contidos no Plano Nacional de Segurança Pública pode-se traçar um perfil do que se pretende a partir de agora. A começar pela necessidade de proteção ampla e irrestrita aos Direitos Humanos, evitando-se que o controle social seja feito pelo Sistema de Justiça Criminal. Também é preciso que se mantenha uma combinação de ações entre as áreas social e de segurança, na busca de uma polícia imbuída da atribuição de servir ao cidadão. Tal não pode estar dissociado da necessidade de se dar o devido valor e respaldo ao policial que têm uma missão e deve ser respeitado como ser humano no cumprimento das suas incumbências.

Já quanto às metas, as mais destacadas são o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, o controle das armas, a repressão ao roubo de carga, a proteção às testemunhas e vítimas de crimes, a questão que se coloca entre mídia e violência, a cooperação entre os diferentes níveis da administração pública, as possíveis alterações legislativas que vão de encontro às metas traçadas. De tudo, o que mais sobressai é a busca de uma atuação conjunta entre governo e sociedade. Neste ponto, ressalte-se a implantação (onde ainda não há) e a manutenção e expansão da Polícia Comunitária, vez que o Policiamento Comunitário coloca o policial e a comunidade como parceiros na árdua tarefa de redução da criminalidade: O próprio Plano Nacional de Segurança Pública deixa claro esta nova realidade que se apresenta:

As polícias devem abandonar as práticas isoladas e a identificação do cidadão como um potencial inimigo, passando a admitir que a segurança pública em um sistema democrático só poderá operar articulada com as comunidades organizadas em conselhos democráticos ou qualquer outra forma de organização legítima. O sentido da segurança cidadã se traduz pela parceria dos órgãos de segurança com as comunidades na análise, planejamento e controle das intervenções em cada região.

Pois bem, mas não basta apenas que as preocupações, princípios e metas sejam colocados no papel. A questão da alteração na forma de agir da Polícia Militar, cuja atribuição dada pela Constituição é de realização do policiamento preventivo e ostensivo precisa ser repensada. Volta-se, portanto, para a implantação da filosofia de Policiamento Comunitário, visto que o Plano de Segurança Pública salienta que “um primeiro caminho consiste na reforma das polícias, para torná-las instituições voltadas para a construção da paz, eficientes e respeitosas dos direitos humanos”. Conclui-se, portanto, de acordo com o entendimento de Luiz Otavio de

Oliveira Amaral, que a Segurança Pública é uma atividade realizada pelos órgãos estatais e que é afeita também à comunidade de forma ampla, visto que é “realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei” (AMARAL, 2003, p. 66).

O Plano Nacional de Segurança Pública prevê ainda que as alterações nas estruturas e na forma de se pensar segurança passa pela premissa de que não se faz política de segurança sem participação e sem transparência, sem que a população confie no trabalho das forças policiais e nas próprias instituições da administração pública.

O Plano destaca que “freqüentemente o policial uniformizado na esquina é a face mais tangível do Estado” e que a política de Segurança Pública tem que, além de ser consistente, se amoldar às peculiaridades de cada local – uma vez que o Brasil é um País continental – e que a eficácia só será sentida se o enfrentamento da questão se der na abordagem da “insegurança pública como uma problemática multidimensional que supera o âmbito exclusivo da criminalidade”. Além disso, o Plano Nacional de Segurança Pública enfatiza que:

Nesse sentido, participação não é uma palavra vazia, um slogan demagógico, uma retórica populista, nem uma fórmula mágica. É condição efetiva da elaboração competente e do monitoramento racional de toda política pública de segurança que se pretenda consistente e conseqüente. Esse novo ângulo de abordagem exige que as proposições estejam em sintonia com a complexidade do problema a ser enfrentado e, portanto, se traduzam em projetos multidimensionais, que mobilizem recursos multissetoriais, que envolvam atores públicos e privados de diferentes tipos e que se inspirem em conhecimentos interdisciplinares. O resultado terá a forma de um conjunto que incluirá ações nas esferas econômica, social, cultural, psicossocial, política, judicial e policial. Segurança pública torna-se, assim, uma constelação de temas que dizem respeito a um espectro abrangente de áreas de atuação do Estado e da sociedade, da educação e da saúde, até o esporte, a habitação e o planejamento urbano.

O que o planejamento prevê é uma quebra de paradigmas. Ou seja, a melhoria da Segurança Pública – tão almejada por todos – só vai ser levada a efeito se as ações forem implementadas conforme estão dispostas, seja com a vontade política dos governos federal, estaduais e municipais, seja com a participação da sociedade nos seus mais diversos campos. Porque embora possa se pensar que Segurança Pública é um átomo isolado dentro das esferas governamentais, não mais pode prosperar essa idéia. O Plano Nacional de Segurança Pública orienta,

neste sentido, para as modificações necessárias. O documento levanta a hipótese de se buscar experiências bem sucedidas fora do Brasil e adaptar tais experiências ao caso brasileiro – aqui se pode pensar, por exemplo, na filosofia de Policiamento Comunitário – vez que não basta “copiar” o que já foi implementado. Isso porque cada realidade é única e, portanto, as discussões que se travam quando um novo modelo está para ser posto em prática redundam em reflexões que vão resultar na instauração de um novo ângulo de abordagem para a problemática da segurança pública.

O que o Plano Nacional de Segurança Pública sugere, para que isso ocorra, é extremamente necessário que se forme um novo sujeito institucional para gerir a Segurança Pública. Quer dizer: tal recomendação poderia ser traduzida na criação de alianças, modalidades de pacto, que fizessem interagir de forma contextualizada os organismos que devem prover a Segurança Pública, como a Polícia Militar, e a sociedade. Essas transformações são, de acordo com o Plano Nacional de Segurança Pública, bastante necessária, pois:

Além da nova abordagem, do novo sujeito da gestão pública que lhe é correspondente e da nova aliança entre o Estado e a sociedade, é também indispensável, para que se implante um processo sustentável de construção da paz, a transformação profunda das polícias, de seus valores fundamentais, de sua identidade institucional, de sua cultura profissional, de seu padrão de comportamento.

Esse padrão de comportamento a que se refere o Plano Nacional de Segurança Pública no tocante à atividade policial é resultado do respeito aos diplomas de proteção aos Direitos Humanos. Porque seria ilógico pensar na possibilidade de uma aliança entre as estruturas da Segurança Pública e a comunidade, que compreende a Polícia Militar, sem que houvesse o recíproco respeito de todas as partes envolvidas. Esse respeito, por conseguinte, traz a necessidade de se respeitar inicialmente a dignidade da pessoa humana. O Plano prevê que as estruturas da Segurança Pública devem, juntamente com a sociedade, planejar, fiscalizar e corrigir as atividades de segurança. Isso porque, por conhecerem seu próprio sofrimento em termos de insegurança, as comunidades podem avaliar e sugerir formas de melhoria da Segurança Pública. Essa participação, segundo o Plano Nacional de Segurança Pública, vai se dar diuturnamente, dentro de um processo democrático de ação. O primeiro passo seria

a constituição de uma polícia cidadã. Uma polícia, segundo o referido documento, que tem a pessoa humana como centro e finalidade de sua atividade. Em resumo, seria a união das estruturas do Estado com as idéias e anseios da sociedade com vistas ao bem comum.

### 2.5.2 A atividade policial e o plano nacional de segurança pública

O Plano Nacional de Segurança Pública busca colocar a atividade policial como primordial na melhoria da segurança em geral, vez que a Constituição Federal, em seu artigo 144 elenca quais os atores aos quais cabe, entre outras delimitações, preservar a ordem pública, ou seja, evitar a insegurança pública. Mas, a Polícia, e a Polícia Militar, não está sozinha nesta tarefa. A responsabilidade é de todos, já que Segurança Pública pode ser conceituada como aquela atividade que é desenvolvida pelos órgãos estatais em conjunto com a comunidade, desde que desenvolvida de forma a “proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei” (AMARAL, 2003, p. 66). Num primeiro momento, a doutrina entende que a organização das ações que objetivem a melhoria da Segurança Pública e a redução da criminalidade deve partir das próprias estruturas do Estado (AMARAL, 2003, p. 169):

De fato, o que está em jogo é exatamente a capacidade de a organização policial dispor de um acervo de conhecimentos e técnicas que qualifiquem e orientem a ação do policial de ponta, permitindo-lhe aplicar, com profissionalismo (tranquilidade técnica e operacional) a medida suficiente como medida de força numa dada ocorrência. Percebe-se assim de que modo a ausência de uma regulação formal, de um treinamento mental, do que sanciona ou não o uso de determinado nível de força, tende a levar invariavelmente a um emprego máximo, excessivo de força e, logo, juridicamente culpável.

Ou seja, a atividade policial, de acordo com o que preconiza o Plano Nacional de Segurança Pública, deve ser uma atividade regrada, pois quando se foge aos preceitos legais, vai-se estar agindo contrariamente, também, aos princípios, ditames e diplomas de proteção aos Direitos Humanos existentes no ordenamento jurídico brasileiro e internacionalmente. Por certo, a atividade policial não vai poder se estabelecer fora dos mandamentos legais. Isso porque o Plano

Nacional de Segurança Pública não se delineou com base em extremos, como no caso da violência para conter violência. Não há como se falar em Segurança Pública, hodiernamente, sem se falar em respeito aos Direitos Humanos.

Mesmo quando se fala em suspeitos em potencial de um crime – e esse pensamento vai desde o caso do cometimento um crime de bagatela ao cometimento de um crime do rol da lei de crimes hediondos, considerados como de maior desvalor de resultado – se está falando de cidadãos. Mesmo os “bandidos” (uma nomenclatura que nem mesmo deve ser utilizada), são homens (e mulheres também), seres humanos, que vindo ou não a ser condenados, são titulares dos direitos. Como titulares de Direitos Humanos inclusive os criminosos devem ser respeitados. Esta é uma das diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública: a atividade policial deve ser desenvolvida de forma a proteger os direitos da pessoa humana, independente de mais nada, só por terem nascido humanos. Assim é que, conforme o Plano Nacional de Segurança Pública:

As ações policiais têm de respeitar as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, crenças e etnia, devendo criar instâncias de proteção aos direitos dos diferentes, a fim de proporcionar-lhes um tratamento isonômico. Não se pretende uma abdicação da força. O que se pretende é o uso técnico, racional e ético da força, nos casos em que ela for necessária. Se o servidor da segurança pública não estiver preparado psicologicamente, eticamente e tecnicamente para utilizar armas ou outros recursos de força, não se pode falar de uma polícia legítima, com possibilidades de ser respeitada pela população.

De conformidade com o Plano Nacional de Segurança Pública, o policial, e no que interessa a este trabalho, o Policial Militar, precisará agir de modo ético e com base nos diplomas de proteção aos Direitos Humanos. A ética passa a ser fundamental no contexto de aplicação do Plano Nacional de Segurança Pública enquanto um compromisso firmado pela administração pública para com o cidadão. A ética é daquelas coisas que todo mundo saber o que são, mas que não são fáceis de explicar quando alguém pergunta (VALLS, 2006, p. 7). De origem grega, a palavra ética, *ethos*, tem por significado um costume. Genericamente, poderia ser vista como a doutrina dos costumes. Assim teria sido inicialmente. Mas a partir da interpretação dada por Aristóteles, foram sendo tecidas modificações conceituais para o significado do vocábulo. Essas modificações culminaram com a nova significação, que diz ser a ética a ciência que se ocupa dos objetos morais. Mayra



Rodrigues Gomes conceitua ética como ciência ou reflexão sobre os costumes, os valores morais e seus fundamentos (GOMES, 2004, p. 16).

Ética também pode significar ciência que tem por objeto o juízo de apreciação, enquanto este se aplica à distinção entre o bem e o mal (LALANDE, 1999, p. 348). Nos dicionários, ética aparece como o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto.

Quando trata da ética, o Plano Nacional de Segurança Pública diz que a ética não é analisada seriamente nas corporações de Segurança Pública, pois não haveria paradigmas claros em relação ao conceito. Diz o Plano Nacional de Segurança Pública:

sem paradigmas claros, os agentes e soldados, os oficiais e delegados respondem aos estímulos dos fatos quase instintivamente, sem maior consideração valorativa. Esse problema, aliado ao péssimo treinamento técnico no uso da força, leva a atitudes abusivas e criminosas que infestam os noticiários dos jornais. Os policiais desenvolvem uma compreensão equivocada dos direitos humanos, principalmente porque não experimentaram em suas vidas o exercício dessas prerrogativas, dado que exercem seu trabalho no interior de instituições verticalizadas, escalonadas e discriminadoras de direitos. Os direitos humanos têm de ser reproduzidos, principalmente pelas instituições cujo escopo é garantir a continuidade ordeira da sociedade. Não sendo assim, as polícias correm o risco de se reduzirem a aglomerados de funcionários da violência, ou de burocratas apáticos que convivem com a banalização do mal, sendo também seus produtores.

Claro que não há como generalizar. Se há policiais – em qualquer das Instituições – que extrapolam os limites éticos em sua ação, também há policiais – e não seria exagero dizer que são maioria – que atuam dentro da mais pura ética. Claro que é possível depreender do Plano Nacional de Segurança Pública que o policial, nesta nova conjuntura que lhe é proposta pelo compromisso, não poderá jamais se esquivar da ética para agir. Isso porque as ações dele estarão sendo acompanhadas mais de perto pela sociedade, que deverá se envolver também na filosofia de Policiamento Comunitário – e as cobranças, em caso de desvios, serão bem maiores.

Em verdade, o Plano Nacional de Segurança Pública sugere uma parceria entre Polícia e comunidade para a solução de grande parte dos problemas de falta

de segurança. Esta parceria só pode ser estabelecida quando todos os envolvidos têm consciência de suas atribuições.

Portanto, a atividade policial, dentro do que espera o Plano Nacional de Segurança Pública, precisará estar embasada na lei, e mais ainda nos diplomas de proteção dos Direitos Humanos. Claro que tais diplomas são levados, para o Policial, como lei a ser seguida, uma lei em sentido amplo. O próprio Plano Nacional de Segurança Pública define como deve ser o comportamento dos agentes encarregados da manutenção da ordem pública:

Se a lei, no contexto democrático, garante ou deveria garantir a liberdade individual, cujo único limite seria o caráter universal desse benefício, isto é, seria o direito dos outros a essa mesma liberdade, a aplicação da lei, tarefa policial por excelência, corresponderá à defesa da liberdade, sempre que ela estiver em risco pelo uso ilegítimo da liberdade individual, aquele que reduziria e desrespeitaria a liberdade alheia. Assim, compreende-se que a repressão policial, se bem orientada e aplicada segundo a adequação legal do uso da força (ou, no jargão técnico, segundo o gradiente do uso da força), por definição compatível com os direitos humanos, não pode ser tratada de uma perspectiva unilateralmente negativa, como se fosse uma problemática suja e degradante, que não nos dissesse respeito e que jamais deveria ter curso na sociedade. Reprimir uma agressão física, atos de violência, assaltos, ataques racistas, misóginos e homofóbicos, ameaças às crianças e aos indefesos, muitos outros crimes desse teor constitui um ato de defesa da vida e de afirmação dos direitos civis.

Do que se expôs em relação à atividade policial a partir do Plano Nacional de Segurança Pública, tem-se que o Policial Militar, agente que tem a missão de realizar o policiamento preventivo e ostensivo fardado, que deve passar a agir dentro da filosofia de Policiamento Comunitário, não poderá encontrar desculpas para atuar de forma contrária aos preceitos de proteção aos Direitos Humanos. Desta ação ética e racional dele vai depender a quantidade de confiança que a comunidade depositará nele, e por extensão, depositará no Estado, em relação às ações para melhoria da Segurança Pública.

Não seria exagerado dizer que a atividade policial só será respeitada, ou só é respeitada, se estiver de acordo com o que a sociedade espera dela: ações estudadas para a proteção de todos, sem distinções, sem abusos e com inteligência. Exatamente como está estabelecido na filosofia de policiamento comunitário.

### 2.5.3 A inserção dos direitos humanos no Plano Nacional de Segurança Pública para fundamentar a atividade policial

Partindo-se do princípio de que os Direitos Humanos são direitos naturais de cada ser humano individualmente, aqueles também chamados direitos fundamentais por serem a base sobre a qual está edificado o ordenamento jurídico, há que se observar que qualquer tipo de desrespeito à figura humana corresponde a um desrespeito ao gênero humano porque “todos e cada um dos indivíduos humanos trazem em si toda a humanidade. Cada homem é depositário de toda a dignidade humana” (AMARAL, 2003, p. 55). Sendo a Segurança Pública vital ao ser humano – direito fundamental inserido no artigo 5º da vigente Constituição Federal – tem-se que não é exagero afirmar a interdependência entre Segurança Pública e Direitos Humanos. Assim porque a segurança de cada homem vem regrada de forma ampla e irrestrita em diversos tratados internacionais sobre Direitos Humanos, os quais já foram objeto de análise no início do presente trabalho. Mas, apenas para registro, constam da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), somente para ficar em alguns exemplos.

Daí que se pode inferir que a inserção da problemática dos Direitos Humanos do Plano Nacional de Segurança Pública não se deu por acaso. Luiz Otavio de Oliveira Amaral destaca que “o policial age por delegação do Estado, logo, sua atuação é a mais regrada possível” (AMARAL, 2003, p. 168). Neste sentido, se o Estado Democrático de Direito possui instituições que servem para proteger o cidadão – entre as quais aparece a Polícia Militar – nada mais congruente que o policial tenha que seguir regras para agir em face da necessidade de proteção aos Direitos Humanos. Não se tolera mais que o policial atue de forma arbitrária ou violenta, sendo que a diferenciação entre condutas é salutar, visto que em várias situações do seu cotidiano o policial precisará usar a força para efetivamente realizar Segurança Pública e proteger o cidadão destinatário de seus serviços (AMARAL, 2003, p. 168):

O uso da *violência* (i.e., da energia/coação arbitrária, ilegal, ilegítima e amadora) estará sempre vedada ao agente do Estado (policial). Já a força (i.e., um ato discricionário, legal, legítimo e idealmente profissional) ainda

que intensa, mas desde que proporcionalmente necessária, jamais constituirá violência e, logo, é deferida a todos os policiais em dadas circunstâncias fáticas. Diga-se o mesmo quanto ao uso de arma de fogo, que só estará autorizado legalmente quando for o último recurso e depois que outros meios resultarem ineficazes. O **uso comedido** (proporcional/suficiente, sem excessos) **da força** é inerente ao trabalho do policial, todo policial precisa saber dessa possibilidade legal para que possa, com tranquilidade jurídica, exercer a função de preservação da ordem pública (com grifos no original).

A inserção dos Direitos Humanos no Plano Nacional de Segurança Pública vai fundamentar a atividade policial enquanto a Polícia, e no que é atinente a esta pesquisa, a Polícia Militar, só vai poder agir com fundamento em tais premissas. Ou seja, a Polícia Militar tem que pautar sua atuação, além do que vem estabelecido na lei, a partir da Constituição, também conforme o Plano Nacional de Segurança Pública, no que diz respeito ao respeito aos Direitos Humanos. Uma das maneiras, então, se dá através da filosofia de Policiamento Comunitário. Quanto mais próximo o policial estiver perto da sociedade, mais ele vai enxergar no cidadão que deve proteger alguém titular de direitos – e de deveres também, entre os quais o de participar de forma efetiva das ações que tenham por objetivo a melhoria da Segurança Pública.

Segundo o Plano Nacional de Segurança Pública, a filosofia de Policiamento Comunitário possui conteúdos e valores próprios que atravessaram fronteiras e se expandiram “no rastro da extensão da consciência cívica democrática e dos direitos de cidadania”. O documento prevê que Policiamento Comunitário é pode ser traduzido, em linhas gerais, como “a modalidade de trabalho policial ostensivo e preventivo correspondente ao exercício da função policial definida pelo compromisso inalienável com a construção social da paz e com o respeito aos direitos humanos”.

O Plano Nacional de Segurança Pública busca fundamentar a atividade policial – e conseqüentemente a atividade policial militar na filosofia de Policiamento Comunitário, vez que traduz essa fundamentação como “aperfeiçoamento” que vai se traduzir, ainda, em maior qualificação do agente público encarregado da segurança e maior eficiência das políticas traçadas para a área e que envolvem os governos nas suas três esferas – federal, municipal e estadual.

O Plano Nacional de Segurança Pública destaca, na parte atinente ao Policiamento Comunitário, que:

Os exemplos brasileiros e internacionais são ricos em experiências bem sucedidas de policiamento comunitário, nas quais decrescem as taxas de crimes e as práticas violentas, enquanto cresce, na mesma proporção, a confiança popular na polícia. A memória da história recente ajuda a contextualizar a importância e o sentido da nova metodologia.

Basicamente, a parte relacionada ao respeito aos Direitos Humanos no Plano Nacional de Segurança Pública diz respeito à atuação do policial dentro da filosofia de Policiamento Comunitário. Trata-se de uma quebra de paradigmas. Enquanto no policiamento que aqui se vai chamar de convencional – com certa distância entre a autoridade policial e o cidadão – buscava resolver sozinho o problema da criminalidade, agora, com a política levada a efeito há quase 10 anos o que se quer é uma união entre todos – como prevê a própria Constituição – para solucionar tais questões em busca do bem comum.

A Polícia Militar passa, portanto, a não mais apenas atuar reativamente, chegando a uma ocorrência após o crime ter-se perpetrado, mas sim, proativamente, no sentido de que cada policial militar vai ser um agente responsável por identificar junto com a comunidade os problemas da área onde atua, diagnosticar as causas e definir como interferir preventivamente para evitar os problemas e desta maneira gerar mais segurança. Marcos Rolim assevera, neste sentido, que “as melhores polícias do mundo são aqueles que aprenderam a controlar as possibilidades de emprego da força e que criaram uma cultura interna de respeito à diferença e de cordialidade no trata com o cidadão” (ROLIM, 2006, p. 45).

Não vai bastar mais ao policial que está nas ruas apenas cumprir ordens – embora pelos princípios da hierarquia e da disciplina que regem a Polícia Militar ele também terá que atuar de forma satisfatória neste sentido:

O soldado que atua nas ruas deixa de ser um autômato cumpridor de ordens. O modelo tende a pressionar a estrutura vertical de poder no sentido de substituir o formalismo das ordens superiores pela discussão minuciosa de seus conteúdos específicos, sem prejuízo do indispensável respeito à hierarquia. Portanto, a aplicação desse método provocará, naturalmente, a reforma da Polícia Militar, responsável, no Brasil, pelo policiamento ostensivo.

Essa alteração a que se refere o próprio Plano Nacional de Segurança Pública é a mudança na forma de se fazer policiamento, saindo da ação de uma Polícia Militar reativa para uma Polícia Militar proativa. Marcos Rolim fala também, além da filosofia de Policiamento Comunitário, na estratégia do policiamento

orientado para a solução de problemas (Posp). Esta forma de policiamento delineada com base no pensamento de Herman Goldstein tem diferenças em relação ao Policiamento Comunitário. O autor esclarece que por ser o policiamento orientado para a solução de problemas uma forma preventiva da Polícia agir, poderia ser até mesmo confundido com o Policiamento Comunitário. Mas apenas parte da doutrina pensa dessa forma, enquanto que outros doutrinadores colocam as duas formas de se fazer policiamento como complementares (ROLIM, 2006, p. 100):

De fato, as propostas do Posp apenas radicalizam e aprofundam as perspectivas comunitárias de policiamento oferecendo-lhes, todavia, possibilidades de maior eficácia quanto à redução das taxas de criminalidade. Para além das questões propriamente teóricas ou de classificação, as duas estratégias podem perfeitamente ser aplicadas como aspectos de um mesmo projeto de segurança capaz de redefinir por completo a atuação das polícias modernas. Sustento, então, que a orientação geral a ser assumida pela organização policial moderna deve ser de natureza comunitária – situando tal definição como uma orientação favorável à integração do policiamento às necessidades percebidas pela comunidade, com o decorrente estabelecimento de patrulhas a pé e da fixação de policiais em áreas geográficas definidas – e que o conteúdo dessa disposição geral deve ser aquele oferecido pela perspectiva do Posp.

O próprio Plano Nacional de Segurança Pública declara que a comunidade precisa da Polícia e, mais que isso, deseja a presença da Polícia, só que “evidentemente uma polícia eficiente, que respeite a cidadania, agente do processo de construção da paz e não uma polícia treinada para a guerra, organizada como instrumento de defesa do Estado e que se pensa como tal. Então, não há como não deixar de concluir que a inserção, ainda que de forma genérica, dos diplomas de proteção dos Direitos Humanos no Plano Nacional de Segurança Pública – o que se dá pela introdução ou aprimoramento da filosofia de Policiamento Comunitário – visa exatamente encontrar formas de respaldar e fundamentar a atividade policial. O que se quer, pelo que está previsto no Plano, é o que bem coloca Marcos Rolim, segundo quem “será o respeito pelos policiais comunitários que permitirá um maior envolvimento das pessoas nas questões atinentes à segurança pública” (ROLIM, 2006, p. 81).

### 2.5.3.1 A 17ª CICOM e o plano nacional de segurança pública

A 17ª Companhia Interativa Comunitária, da Polícia Militar do Amazonas, em Manaus, também adotou como prioridade na forma de atuação o Policiamento Comunitário, de acordo com o que preconiza o programa do Plano Nacional de Segurança Pública. No próprio Plano de Comando da Companhia está estabelecido que os policiais deverão priorizar a forma comunitária de atuar. Como os Direitos Humanos passaram a figurar na qualidade de destaque no planejamento de todas as estruturas policiais, em primeiro lugar por exigência Constitucional e, num segundo momento, porque cada cidadão passou a conhecer e a cobrar os direitos que possui, não há como os policiais militares se dissociarem destas obrigações enquanto garantidores da dignidade da pessoa humana.

Ocorre que, embora a previsão do Plano Nacional de Segurança Pública e do próprio Plano Estratégico de Comando da 17ª CICOM estejam afinados, não basta apenas a previsão, no papel, da forma de atuação. Por isso, como já disposto no presente trabalho, a importância da formação e aperfeiçoamento de policiais militares – oficiais e praças – conscientes das suas novas atribuições frente à sociedade. Não bastará apenas combater a criminalidade. Não bastará apenas agir de forma a minimizar os problemas inseridos no contexto da Segurança Pública. Isso porque os diplomas de proteção aos Direitos Humanos servem como balizadores da atividade policial.

Por estar inserida na nova modalidade de policiamento, qual seja, na filosofia de Policiamento Comunitário, a 17ª CICOM deve atuar de forma a servir de exemplo para as demais frações de tropa da Polícia Militar do Amazonas. Porque de nada bastará que se tenham à disposição treinamento, investimentos e todo o mais que se faz necessário para colocar na rua uma força policial se ela não está afinada com o que se espera de uma Polícia e, mais ainda, da Polícia Militar, muitas vezes o único braço visível do Estado junto à comunidade. Não é por outro motivo que a doutrina (ROLIM, 2006, p. 39) entende que:

Uma estrutura policial reconhecidamente competente em seu trabalho e que receba, por conta disso, o respeito e a admiração popular terá maiores possibilidades de exercer sobre esta mesma população uma influência positiva e, nesta relação, de ver aumentar suas próprias possibilidades de êxito. Pelo contrário, uma estrutura de polícia que se descubra desmotivada, que não possua qualquer projeto quanto ao seu próprio futuro e que esteja

fragilizada por práticas internas de corrupção e violência só poderá reforçar entre a população os piores valores ali já presentes. Enquanto isso, ela aumentará o fosso que a separa das possibilidades virtuosas derivadas de uma relação democrática e respeitosa com o público a que deve servir.

Sendo assim, cabe aos Oficiais que possuem poder de mando e de comando ficarem atentos ao que determina o Plano Nacional de Segurança Pública, que, como um compromisso firmado pelo governo passou a ser um compromisso também firmado pelas próprias forças estaduais encarregadas da Segurança Pública, contexto em que aparece com mais nitidez a face da Polícia Militar, visto estar sempre ao lado da população. Isso porque quando se fala de Direitos Humanos se está a falar de qualquer tipo de política pública. Claro que a proteção aos Direitos Humanos não cabe apenas à Polícia Militar, mas quando é esta a instituição do Estado que decidiu atuar a partir do Policiamento Comunitário e, mais ainda, que se comprometeu a proteger o cidadão a partir da ordem emanada da Constituição, qualquer passo considerado em falso vai querer significar a quebra de um pacto.

Quando estabelece em seu Plano de Comando que a filosofia de Policiamento Comunitário deve ser a base da forma de agir dos policiais militares que integram a 17ª CICOM, o Comando da Companhia estabelece também um pacto entre aqueles milicianos e a sociedade onde vivem e trabalham. Eles passam a ser vistos pela população como profissionais treinados e preparados para prover um serviço de cidadania que atualmente é tão caro ao cidadão brasileiro que é o serviço da Segurança Pública. Isso resultará na quebra de paradigmas e também em livrar a Polícia Militar do estigma de violenta que teve que carregar até hoje desde os tempos da ditadura, quando a polícia era usada para fazer apenas o trabalho de repressão.

As diretrizes do Plano de Comando da 17ª CICOM estão de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública. Tudo o que já foi discutido no presente trabalho, não há como deixar de mencionar que a filosofia de Policiamento Comunitário é uma via de mão dupla onde o Estado do Amazonas (este, no caso em questão, através da Polícia Militar) e a população, devem agir irmanados de forma a buscar o que mais se quer hoje em dia, que é um nível de Segurança Pública aceitável, onde todas as pessoas de bem possam conviver pacificamente.



### 3 CONCLUSÃO

Há 60 anos surgiu um marco que vai acompanhar todo o progresso da humanidade. Com a edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a evolução dos níveis de respeito que cada pessoa incorpora apenas por ser titular de direitos, não se pode jamais esquecer que o Estado precisa pugnar pelas ações que visem fazer com que os ditames sejam respeitados. No Brasil, a quebra de paradigmas se deu com a promulgação da Constituição de 1988, até chamada por muitos de Constituição-Cidadã. O documento em questão visa garantir os direitos humanos, sendo que um dos princípios pelos quais se deve pautar a ação das autoridades é exatamente o que visa proteger a dignidade da pessoa humana.

Em relação à ação da Polícia Militar, a Constituição de 1988 foi um marco considerável. Até então, a Polícia existia para servir ao Estado. De outubro de 1988 para cá, passou a servir ao cidadão. Então, houve a necessidade de se criar um modelo de polícia capaz de contribuir para um futuro de harmonia para toda a sociedade. Foi a partir disso que os estudiosos, dentro das Corporações, passaram a pensar numa atividade de polícia dentro de uma referência que seja democrática. Mas isso só não basta. A Polícia, e mais ainda a Polícia Militar, que está diariamente em maior contato com a população, por vestir uma farda que coloca este profissional como diferente das outras profissões, precisa atuar juntamente com a sociedade, ser solidária e estar pautada por metas que incluam a prioridade social.

Nesta relação, significa dizer que a Polícia Militar não mais pode se articular sem contar com a participação da sociedade. O policial precisa agir eticamente se quiser conquistar e manter o respeito do cidadão, sem isso, jamais vai-se estabelecer a interação. Uma Polícia solidária é aquela que não se esquia, sendo considerado um ponto de apoio da comunidade. Em muitos casos, o problema não será da competência da Polícia, mas é o policial militar fardado que será chamado a resolver uma necessidade de quem o procura. Se ele não age, e remete a pessoa que o procura a outro setor da esfera pública, vai fazer com que a pessoa perca a confiança que nele deposita. Já agir com prioridade social significa agir com a sensibilidade necessária para evitar prejudicar qualquer pessoa em qualquer situação. O comportamento do policial militar não pode colocá-lo como alguém despreparado, ao mesmo tempo em que sua imagem e o poder que dele emana precisam ser preservados.

Então, se o mundo mudou, a Polícia teve que mudar. Esta adequação à nova realidade surgida a partir de 1988 em sendo percebida mais objetivamente agora, quando a Constituição completa 20 anos de existência. De um lado, a população passou a entender e exigir os direitos que tem. De outro, a Polícia Militar, como agora serve ao cidadão e não mais ao Estado, precisa entender e proteger tais direitos. Os Direitos Fundamentais estabelecidos pela Carta, visto como Direitos Humanos, estão na pauta de discussão. Isso se dá em virtude de que a sociedade quer, ao mesmo tempo, que a Polícia solucione os problemas de Segurança Pública, dando proteção contra a criminalidade, e mais, de forma a não desrespeitar os Direitos Humanos, seja em relação às vítimas e, mais ainda em relação a eventuais autores de crimes.

Após anos e anos de debates, surge um documento que busca colocar um ponto final a eventuais abusos. A idéia é gerir a Segurança Pública, com uma Polícia eficiente e respeitosa dos Direitos Humanos. O projeto é o Plano Nacional de Segurança Pública. As metas são reduzir a violência e ao mesmo tempo garantir aos homens todas as conquistas de direitos que eles angariaram ao longo dos anos. Isso significa dizer que a Polícia não pode ficar distante da sociedade e a sociedade deve aceitar a Polícia Militar como parceira, pois, se assim não acontecer, as portas fechadas de ambas as partes vão criar entraves para redução da criminalidade. Sim, Segurança Pública não é só problema da Polícia. É também problema de Polícia, que deve ser solucionado em parceria com outras esferas governamentais e com a própria sociedade.

Para isso, quando do surgimento do Plano Nacional de Segurança, foram estabelecidas novas formas para a ação da Polícia Militar. Entre essas formas está a adoção da filosofia de Policiamento Comunitário. A polícia não pode reagir contra a sociedade. E neste sentido a Polícia Comunitária vem a ser a solução para os dois extremos. Não há como a Polícia Militar sozinha resolver o problema da criminalidade e colocar a incidência de crimes em patamares aceitáveis. E não há como a sociedade se esquivar de suas responsabilidades, como, por exemplo, deixar de manter comportamentos de segurança que auxiliem a prevenir o crime. Assim, tanto a Polícia Militar, que tem a obrigação de preservar a ordem deve fazer a sua parte, como a sociedade precisa assumir que tem papel fundamental nesse contexto.

Foi somente com a edição do Plano Nacional de Segurança Pública e com a

intenção de padronização para a ação policial militar – a partir de experiências referenciadas dentro e fora do Brasil de Policiamento Comunitário – que o governo federal, respeitando a autonomia dos Estados, buscou estabelecer os critérios que devem pautar o trabalho da Polícia Militar. O Plano traz as metas e os princípios atinentes à filosofia que coloca policiais e população juntos para a solução de problemas, antes que eles efetivamente se transformem em ocorrências policiais. A prevenção pode ser feita por todos, e individualmente por qualquer pessoa.

Assim, cada Instituição Policial, conforme as peculiaridades locais, vai estabelecer formas de atender ao que o Plano busca que seja implementado. Várias experiências vêm sendo testadas em diversos Estados brasileiros, todas a partir da matriz de Policiamento Comunitário. Os procedimentos não são uniformes, porque o que se tem são problemas diferentes e formas de solução diferentes, apesar de que o objetivo é reduzir a criminalidade. Na Polícia Militar do Amazonas, uma das primeiras experiências pautadas na filosofia de Policiamento Comunitário começou a ser feita na 17<sup>a</sup> Companhia Interativa Comunitária, em Manaus. A unidade, que faz o policiamento em eventos, também prioriza a Polícia Comunitária.

É uma mudança de mentalidade e forma de trabalho para o policial militar. Se antes ele buscava um certo distanciamento da comunidade – talvez para passar incólume em situações de abuso, por exemplo – agora vai conhecer e ser conhecido da comunidade. Com isso, precisa agir de forma ética e respeitosa para com o cidadão, sob pena de ficar estigmatizado perante a sociedade e, também, perante seus próprios pares. Por outro lado, o Policiamento Comunitário, como o próprio nome diz, requer a participação da sociedade, que como diz a Constituição, também têm responsabilidades quando o assunto é Segurança Pública.

Sem dúvida o que proporcionou esta quebra de paradigmas foram as crescentes cobranças de uma Polícia mais participativa, mas próxima da comunidade, e que atuasse dentro do que preconiza os diplomas de proteção dos Direitos Humanos. A partir de estudos realizados pelo governo federal, se chegou à conclusão de que apenas através da filosofia de Policiamento Comunitário isso seria possível. Então, aliando-se o programa à uma prática de policiamento proativo o que se tem como resultado é a solução e a prevenção dos problemas antes que se tornem crimes.

A violência para solucionar problemas de Segurança Pública só vai gerar mais violência. Neste sentido, a filosofia de Policiamento Comunitário, que prioriza o

respeito aos diplomas de proteção de Direitos Humanos pode ser vista como uma solução, a longo prazo, para os problemas, visto que a atividade policial vai estar voltada para o que a sociedade espera de uma força treinada para preservação da ordem pública.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz Otavio de Oliveira. **Direito e segurança pública: a juridicidade operacional da policia**. Brasília: Consulex, 2003.

ASSIS, Jorge César de. **Lições de direito para a atividade Policial Militar**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 1999.

BARROSO, Luís Roberto. **O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BICUDO, Hélio Pereira. **Direitos humanos e sua proteção**. São Paulo: FTD, 1997.

BONDARUK, Roberson Luiz. **Manual de policiamento montado comunitário**. Curitiba: AVM, 2005.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. 3. ed. Curitiba: Comunicare, 2007.

CAMARGO, Carlos Alberto de. **Ética e estética na polícia Militar**. In: MARCILIO, Maria Luiza, RAMOS, Ernesto Lopes (Coord.). **Ética na Virada do Milênio**. 2. ed. São Paulo: LTR, 1999.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CUNHA, J. S. Fagundes; BALUTA, José Jairo. **O processo penal à luz do Pacto de São José da Costa Rica: a vigência e supremacia sobre o direito interno brasileiro**. Curitiba: Juruá, 1997.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DOTTI, René Ariel. **Declaração Universal dos Direitos do Homem e notas da legislação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Lex, 2006.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **Repercussão da Emenda Constitucional 45 nas relações entre direitos humanos, direito internacional e direito interno Brasileiro**. In: GOMES, Eduardo Biacchi, REIS, Tarcísio Hardman (Coord.). **O Direito Constitucional Internacional após a Emenda 45/04 e os Direitos Fundamentais**. São Paulo: Lex, 2007.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2004.

GREGORI, José. **A Declaração Universal e a Cultura dos Direitos Humanos**. In: MARCÍLIO, Maria Luiza, PUSOLI, Lafaiete (Coord.). **Cultura dos Direitos Humanos**. São Paulo: LTR, 1998.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1991.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MORAES, Alexandre de. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. **Breves comentários à Constituição Federal**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar**. 2. ed. Curitiba: AVM, 2004.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

**APÊNDICE A**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Fale sobre a implementação do Plano Estratégico na 17ª CICOM.
2. Como está a aceitação dessa nova filosofia de policiamento por parte do Policial Militar?
3. O comportamento disciplinar dos Policiais Militares teve alterações relacionadas com a nova filosofia de policiamento?
4. As denúncias relativas a possíveis abusos perpetradas pela autoridade Policial Militar (p.ex.: Invasão de Domicílio, Lesões Corporais, Tortura, Concussão, entre outras) foram alteradas?
5. Houve ou está havendo mudança comportamental do Policial Militar? Em caso afirmativo, é possível estabelecer através de quais meios?
6. São aplicados reconhecimentos e valorização pelas ações do Policial Militar como forma de motivação profissional?
7. Como está inserido a nova filosofia de Direitos Humanos no contexto administrativo, operacional e comunitário na 17ª CICOM?



**ANEXO A**  
**PLANO ESTRATÉGICO DE COMANDO - 17ª CICOM. 2007/2008**

**POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS**  
**COMANDO DO POLICIAMENTO METROPOLITANO**  
**COMANDO DO POLICIAMENTO ZONA OESTE**  
**17ª COMPANHIA INTERATIVA COMUNITÁRIA**



## **PLANO ESTRATÉGICO DE COMANDO**

2007

**POLICIA MILITAR DO AMAZONAS  
COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO  
COMANDO DO POLICIAMENTO DA ZONA OESTE  
17ª COMPANHIA INTERATIVA COMUNITÁRIA**

Cmt CPM/PMAM

## **PLANO ESTRATÉGICO DE COMANDO 2007/2008**

### **Referência**

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988;

Lei 9.034/95, Lei sobre o Crime Organizado;

Lei Delegada nº 088/2007, Lei de Organização Funcional da PMAM;

Manual Básico de Policiamento Ostensivo - MBPO

Portaria Nº..... Regulamenta o Manual de Básico de Abordagem a Veículos Suspeitos no âmbito da PMAM;

Doutrina de Empenho do Policiamento Comunitário;

Plano de Revitalização da Segurança Pública do Estado do Amazonas.

### **1. SITUAÇÃO**

O Comando da Polícia Militar do Amazonas tem sido alvo de recentes críticas face ao aumento do índice de ações delituosas perpetradas por infratores que procuram desestabilizar a ordem pública, comprometendo a integridade da comunidade e colocando em evidência os órgãos Policiais através do medo e do terror. A 17ª Companhia Interativa Comunitária, Organização Policial Militar subordinada ao Comando do Policiamento da Zona Oeste – CPA/O, como forma de determinar o padrão e o direcionamento a ser seguido durante o biênio 2007/2008, elaborou o Plano Estratégico de Comando estabelecendo, em comunhão com a filosofia adotada pelo Comando da PMAM, as prioridades, suas fases (a curto/médio/ longo prazo), concentrando todos os esforços, sob a responsabilidade direta do Comandante da Unidade, com a finalidade única de identificar os principais elementos que contribuem para a ruptura do modelo constitucional para a preservação e a manutenção da ordem pública, de modo a favorecer a análise das causas e dos fenômenos problemáticos, internos e externos à OPM, favorecendo o planejamento coordenado de ações de Comando e as Unidades Especializadas responsáveis pelo patrulhamento motorizado urbano da capital do Estado, implementando ações integradas, verificando e avaliando os resultados obtidos e

efetuando, se for o caso, as mudanças necessárias ao patrulhamento ostensivo comunitário para a minimização ou eliminação da incidência criminal.

O Plano pretende realizar uma análise crítica das missões, da visão de futuro, da política, das estratégias, das diretrizes, dos objetivos e metas, afastando todas as ameaças para que o Comandante da Uop e seu EM tenham condições de alinhar e integrar todos os setores, com o direcionamento que se deseja dar à unidade para o cumprimento a contento das missões que lhe forem confiadas.

Portanto, a 17ª Companhia Interativa Comunitária, como forma de reordenar as ações de patrulhamento urbano na zona centro-oeste de Manaus durante o biênio 2007/2008 decide implementar o **Plano de Estratégico de Comando** visando favorecer a melhoria da gestão e no trabalho integrado com os diversos órgãos que compõe a estrutura de segurança pública do Estado do Amazonas.

## **2. FINALIDADE**

Possibilitar ao Comando da 17ª CICOM e seu EM tomar conhecimento sobre as principais dificuldades causadoras de transtornos no ambiente interno e externo, de modo a desenvolver estudos para melhoria do emprego operacional e administrativo da tropa bem como favorecer o desempenho das atribuições legais, através de ações planejadas, ordenadas e integradas, melhorando a gestão e aumentando a eficiência e a eficácia em função da doutrina preconizada para as tropas de policiamento comunitário e em eventualmente em Praças Desportivas e Grandes Eventos.

## **3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

### **a) Gerais**

Estabelecer o Planejamento Estratégico do Comando da 17ª CICOM para o biênio 2007/2008, como meio facilitador para o emprego operacional e administrativo da tropa no patrulhamento urbano, de modo a motivar a iniciativa própria, a uniformidade nas ações, a coesão e o espírito de equipe visando o controle e a minimização de ações delituosas perpetradas por cidadãos-infratores e/ou organizações criminosas que se instalam na sociedade amazonense causando a instabilidade da ordem pública.

## **b) Específicos**

- Enfatizar, a partir de experiências e lições operacionais da 17ª CICOM(antiga 5ªCICOM), desenvolvidas nos cinco anos, a Doutrina de Policiamento Comunitário (Missão Principal) e de Policiamento em Praças Desportivas e em Grandes Eventos (Missão Secundária em apoio a 10ªCICOM);
- Orientar, através dos processos de ensino e de instrução da corporação, o público interno sobre as atividades específicas, especiais e integradas com outros órgãos integrantes da Segurança Pública local;
- Reorientar as capacitações operacionais para fazer frente aos "desafios assimétricos", considerados, pela sua natureza, como irregulares e perturbadores a ordem pública;
- Propiciar a continuação das mudanças, no contexto da 17ª CICOM, permitindo o apoio e as ações coordenadas e integradas com as demais OPM(s) subordinadas ao **CPM e CPE**, entre outras unidades que possuam a modalidade de policiamento de radiopatrulha(p.ex: Cia Motocicletas);
- Enfocar, transversalmente, as ações humanitárias no campo da capacitação de modo a padronizar as ações da tropa;
- Estabelecer a padronização na execução das solicitações em apoio a autoridades militares e civis através de ações coordenadas e planejadas;
- Ratificar as ações preventivas objetivando impedir a eclosão de crises, impedindo seu alastramento e a fuga do controle tático;
- Estabelecer operações integradas com o Departamento de Inteligência da PMAM;

## **4. HIPÓTESES DAS RUPTURAS DA SEGURANÇA PÚBLICA**

- Situações que incomodam a Segurança Pública local;
- Dados atuais disponíveis na OPM que motivam o replanejamento do emprego operacional da tropa;
- Registro de ações delituosas voltadas ao Crime Organizado.

## **5. SENSIBILIZAÇÃO DOS PELOTÕES PM**

Nos momentos de encontro com a tropa deverão sempre ser realizadas reuniões e palestras de sensibilização para os comandantes de pelotão e fração de equipes de Policiamento Comunitário, para mostrar a importância do modelo de Patrulhamento Comunitário e da utilização de novas ferramentas gerenciais para melhorar a gestão da CICOM e sua imagem perante a comunidade amazonense.

A sensibilização será feita pelo Comandante da 17ªCICOM, prevista em QTS elaborado pelo P-3/5ªCICOM, sempre que possível contando com o suporte técnico de pessoal possuidor de Curso(Estágio) específico, devidamente indicado pelo Comando da UOp, como por exemplo para assuntos voltados gestão pela qualidade total, psicologia do comportamento e da personalidade, atualização jurídica, negociação e gerenciamento de eventos críticos, entre outras propostas feitas por intermédio do Programa Anual de Ensino proposto para a DEI/PMAM.

Como forma de fomentar a discussão sobre assuntos meramente técnico-operacional, as atuais inovações feitas pelos modelos policiais no mundo e as adequações do modelo à realidade enfrentada pela tropa, a "sensibilização-orientação" para os integrantes da 17ªCICOM poderá ser também desencadeada em forma de seminários, congressos, cursos, estágios e treinamentos podendo-se também ser utilizada a leitura de artigos elaborados por pessoal especializado na área policial.

O resultado esperado da sensibilização será o aumento do conhecimento sobre estratégias de melhoria da gestão, sua aplicação na área de patrulhamento, bem como a perfeita utilização dos conceitos, das técnicas, ferramentas de inovação, possibilitando a gestão do comando baseada em fatos e dados, franqueando aos subordinados plena capacidade em identificar e solucionar problemas para a melhoria da unidade como um todo. Portanto o compromisso pessoal dos comandantes, nos mais diversos níveis, mostrará aos demais subordinados que a utilização prática e correta do conhecimento é responsabilidade de todos e influenciará no conceito da UOp. É importante ressaltar que a meta principal do processo de mudanças deve ser a melhoria contínua dos processos e não a verificação de quem individualmente não atinge os padrões, tendo em vista que o importante é o aperfeiçoamento no patrulhamento da zona centro-oeste de Manaus para a defesa da sociedade.

Para a atualização do conhecimento e a verificação do nível alcançado pela tropa durante o período de sensibilização, serão previstas visitas a outras organizações que tenham iniciado algum processo de mudanças, por exemplo, unidades do Corpo de

Bombeiros Militar do Amazonas, Defesa Civil, Guarda Civil Metropolitana, Polícia do Exército, 1º Batalhão de Infantaria de Selva, bem como trazer as experiências oriundas de outros Estados e/ou países, fazendo uso do referencial comparativo, para identificar as melhores práticas e processos que estejam relacionados aos serviços de patrulhamento urbano e até mesmo os de ações integradas com os órgãos de Defesa Civil do Estado, de forma que sejam identificados os pontos positivos e negativos dentro de cada Estudo de Caso, para que erros sejam evitados e os acertos sejam utilizados para disseminar boas práticas e o fortalecimento do padrão 17ª CICOM.

Após o processo de incentivo e de motivação desencadeado em todos os níveis hierárquicos, a começar pelo envolvimento pessoal dos comandantes de equipes na criação e no reforço de valores, na definição de rumos, conhecimento da missão, objetivo político do comando, estratégias e expectativas de desempenho e na manutenção da ordem pública, tendo como foco o usuário-cidadão, o Comando repassará para o Comando de Policiamento Metropolitano, por intermédio do CPA-O, a Diretriz adotada e as pretensões do comando fins de colocá-la em prática com o devido apoio institucional.

Todos os integrantes da 17ª CICOM, particularmente os comandantes de Equipe devem adotar medidas para motivar seus subordinados para a utilização de técnicas de patrulhamento. É necessário, portanto, o comprometimento da liderança e de todos os integrantes da 17ª CICOM para a implantação efetiva do Plano Estratégico de Comando.

## **6. CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

A capacitação de recursos humanos é um passo fundamental no revigoramento da doutrina de Policiamento Comunitário e de Eventos, além de manter sempre acesa a disciplina, o espírito de corpo e de luta, a coesão e a unidade. Com isso, o presente Plano Estratégico de Comando 17ª CICOM, 2007/2008 busca promover, ainda mais, especializar e atualização do público interno, por meio de cursos, estágios, treinamento, seminários, simpósios e ciclos de palestras.

Todo o processo educativo voltado para a divulgação da Doutrina de Policiamento Comunitário, deverá ser iniciada e motivada pelos comandantes de subunidade e pelos próprios membros das equipes, visando a sensibilização e o aumento do conhecimento sobre o assunto, afastando o improviso e o despreparo, os vícios ampla e peculiarmente encontrados na tropa.

A realização da capacitação poderá obedecer três fases:

**1ª Fase** - Público Interno: Envolvendo pessoal antigo da CICOM desprovido de curso de especialização de praças na área de Policiamento Comunitário e Policiamento de Eventos, por falta de oportunidade ou desinteresse face a obrigatoriedade de qualificação para este se manter na tropa sem comprometer a segurança das Equipes quando em atuação;

**2ª Fase** - Público Externo: Pessoal de outras OPM(s), promoção de cursos destinado aqueles que possuem perfil Comunitário e Policial – Cidadão e aptidão para compor o efetivo da 17ªCICOM.

**3ª Fase** - Recapacitação do público interno: O Comando 17ªCICOM buscará, junto a DEI/PMAM, estabelecer parcerias com outras organizações civis e/ou militares, dentro e fora do Estado, de modo a franquear cursos que atualizem as praças, dentro do que é preconizado pela Lei Delegada nº 088, de 18 de maio de 2007, voltado as atividades e missões desenvolvidas pela Unidade.

O aprendizado de novas técnicas capacitará o pessoal a desenvolver o serviço através de novos métodos fortificando a gestão e elevando o moral da tropa em todos os sentidos.

Feito o investimento a tropa afastará a realização das tarefas de qualquer forma, pois aprenderão modos diferentes de realizar sua missão.

Com o implemento transversal feito entre o Programa Anual de Ensino e o Plano Estratégico de Comando 17ªCICOM, espera-se dos comandantes de Pelotão a iniciativa de motivar a intenção de capacitação de seus subordinados em mostrarem-se receptivos e prontos a sempre manterem-se atualizados e treinados.

## **7. FASES DE MELHORIA DA GESTÃO**

No que diz respeito a modalidade de Policiamento Comunitário, uma das prioridades estabelecidas pelo Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Polícia Militar do Amazonas é a integração de todos os órgãos de segurança pública por intermédio de atuações de cunho cooperativo. A implementação da integração entre as polícias vem sendo desencadeada através do processo de operações planejadas (ostensivas/repressivas) e de inteligência, firmando a gestão baseada nas necessidades do usuário e nos eventos especiais, excepcionais e extraordinários. Nesse sentido, será elaborado um Plano de Melhoria da Gestão, fundado no Plano Nacional de Segurança Pública. Para isso, todo o Cmt de



pelotão deve buscar e conhecer profundamente suas missões e responsabilidades (só é possível melhorar aquilo que se conhece).

A metodologia aplicada para o implemento da melhoria será a seguinte:

- 1ª fase** - análise do processo para melhor identificá-lo ("mapeamento");
- 2ª fase** - simplificação do processo, eliminando ações que nada acrescentam;
- 3ª fase** - aplicação da Metodologia de Análise e Solução de Problemas (MASP), que tem o objetivo de resolver de forma simples os problemas já identificados no processo;
- 4ª fase** - aplicação do PDCA (Plan-Do-Check-Act), ou seja, encontrar e analisar as causas dos problemas e planejar a sua eliminação (Plan); implementar as ações planejadas (Do); verificar e avaliar os resultados obtidos (Check); e efetuar, se for o caso, as mudanças no processo (Act).

## **8. AVALIAÇÃO**

A avaliação inicial busca realizar um diagnóstico da situação presente da OPM, verificando as variáveis que influenciam na unidade procurando identificar as principais ameaças oriundas do ambiente externo e os pontos positivos e negativos (se houver) do ambiente interno.

Para nortear a avaliação será necessário, e obrigatório, a verificação do Plano de Emprego do Policiamento da 17ª CICOM, exposições de comando, relatório anual de atividades e de ensino, quadros demonstrativos de intervenções da tropa e as atividades em apoio a outros órgãos que possuam responsabilidades ou estão envolvidos, direta ou indiretamente, no Sistema de Segurança Pública do Estado, visando manter ou melhorar o quadro apresentado na avaliação.

Os níveis de satisfação das partes interessadas como cidadãos-clientes, Poder Judiciário, Legislativo e Executivo e da própria tropa da PMAM serão aferidos através de processos de pesquisa de campo, opinião pública entre outras informações que servirão para verificar se os resultados no combate ao crime organizado estão atendendo, de forma eficiente e eficaz, as expectativas da comunidade e da tropa. Será nesta fase que poderemos avaliar os Níveis de Desempenho Atual(NDA) e o Nível Desempenho Desejado(NDD), o primeiro o que existe e o segundo aquele desejado pelo Comando da PMAM. É preciso ainda, realizar a verificação inicial sobre os reais indicadores necessários ao gerenciamento da unidade, como conseguí-los e monitorá-los, estabelecendo diagnóstico das atividades desempenhadas pela OPM, em todos os níveis,

possibilitando identificar as principais restrições em relação às necessidades dos interessados e ao desempenho dos processos considerados críticos, ou seja, aqueles poucos que são vitais ao desempenho da atividade da 17ªCICOM.

O processo de avaliação deverá ser mantido continuamente para avaliar a eficácia das equipes da CICOM e se ter condições de informar em que nível de profissionalismo a tropa se encontra. De outro modo saber onde se quer chegar (visão de futuro) e quais medidas devem ser tomadas (decisão). A partir dessa avaliação, pode-se identificar as equipes ou os processos operacionais cujo desempenho não estejam correspondendo ao planejado, fornecendo subsídios para ação corretiva de comando.

Após a avaliação geral o comando da 17ªCICOM se concederá a cada subunidade a condução de sua própria avaliação, ou seja, não estará sendo avaliado por nenhum elemento externo, sendo de seu próprio interesse e proveito a excelência do trabalho. O ideal nesse momento avaliativo é incutir na base subalterna que o sistema de avaliação não busca responsáveis e sim a identificação de problemas existentes nos processos de atuação profissional, para serem corrigidos pelo Comando. O resultado da avaliação da CICOM interessa única e exclusivamente ao Cmt. É fundamental a opinião e a participação de cada executante das tarefas e atividades que compõem o processo de avaliação no levantamento dos pontos fortes e fracos, para que a padronização das ações da 17ª CICOM.

## **9. INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA**

Finalizado o período de avaliação e diagnóstico da 17ªCICOM, saneado as deficiências referentes ao conhecimento real da missão da tropa e o firmamento de novas formas de policiamento, com ênfase ao patrulhamento interativo comunitário, proposto pelo Comando da PMAM, será colocada em prática a fase de intensificação de integração entre Polícia Militar do Amazonas e a comunidade existente no perímetro de responsabilidade da 17ªCICOM.

Forma de atuação:

- Promoção de encontros com as lideranças comunitárias;
- Motivação para a criação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública dentro das Sub-áreas da 17ªCICOM;
- Levantamento das necessidades de policiamento através dos processos de análise estatística de coleta de dados no campo de atuação;
- Cronograma de visitas e reuniões comunitárias (Anexo);

- Elaboração e direcionamento das novas metas estabelecidas;
- Implementação e Operacionalização do Policiamento Interativo Comunitário.

## 10. CONCLUSÃO

A 17ª Companhia Interativa Comunitária, é uma unidade operacional cujas atribuições estão voltadas ao Policiamento Comunitário e Eventos. Esta organização policial possui como principais valores a qualidade dos serviços prestados à população, a dedicação, o esforço próprio, o entusiasmo, a competência de seus integrantes, culto as tradições e a preservação da doutrina de Polícia Comunitária. Portanto a confiança que a população e o Comando da PMAM depositam na filosofia de policiamento comunitário, é a espinha dorsal da Segurança Pública, daí, nosso empenho para preservarmos o bom trabalho desenvolvido pelo comando que nos antecedeu, e, pelo seu exemplo e dedicação deixado, que nos motiva a imprimir o crescimento da tropa através dos processos do planejamento estratégico, baseada na mais moderna filosofia gerencial adotada pelas organizações policiais em todo o mundo. Esperamos que as medidas relacionadas no presente plano possam nortear este comando e todos seus subordinados sobre O QUE, QUANDO E COMO FAZER para que o profissionalismo seja a marca registrada da tropa da 17ªCICOM, e sua sensibilidade, a razão para compreender as necessidades da população no presente, aliada à capacidade de adaptar-se à evolução dos cenários, modernizando-se, sem abandonar os valores básicos que determinam sua peculiar atuação.

**ANEXO I - FICHA DE APRESENTAÇÃO DO PATRULHAMENTO COMUNITÁRIO DA 17ª CICOM;**

**ANEXO II - CALENDÁRIO DE INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SP;**

**ANEXO III – CALENDÁRIO GERAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS 17ªCICOM.**

Quartel em Manaus(AM), 20 de março de 2007.

**FÁBIO PACHECO DA SILVA - Maj QOPM**  
Comandante da 17ª CICOM

**ANEXO I - FICHA DE APRESENTAÇÃO DO PATRULHAMENTO COMUNITÁRIO DA 17ª CICOM**

**POLICIA MILITAR DO AMAZONAS  
COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO  
COMANDO DO POLICIAMENTO DA ZONA OESTE  
17ª COMPANHIA INTERATIVA COMUNITÁRIA**

Prezado(a) Amigo(a)

Sou o Policial Comunitário Soldado PM\_\_\_\_\_ e a partir de agora estou prestando serviço no seu bairro.

Com a reativação do Plano de Revitalização da área de Segurança Pública, e outros órgãos envolvidos, o Policiamento Comunitário tornou-se uma realidade, não é apenas um novo rótulo para o que já estava sendo executado.

É uma iniciativa na qual o Policial Militar se aproxima da Comunidade, desempenhando o seu trabalho com maior eficiência e de forma mais gratificante, pois conhecerá de pertos os problemas que afetam a comunidade.

Desta forma, pretendemos auxiliá-lo na busca de soluções dos problemas de sua comunidade, de modo que possamos juntos caminhar com destino à melhoria da qualidade de vida.

Nesta data estivemos em sua residência e não o encontramos, por isso pedimos que entre em contato conosco, agendando um horário para que possamos conversar e esclarecer suas dúvidas sobre o Plano de Revitalização e sobre a filosofia de Polícia Comunitária.

Desde já agradeço a atenção dispensada e estarei ao seu dispor, podendo ser contatado pelo telefone(92)\_\_\_\_\_, no entanto nosso telefone para emergências continua sendo o 190.

Atenciosamente,

Policial Comunitário.

---

**POLICIA MILITAR DO AMAZONAS**  
**COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO**  
**COMANDO DO POLICIAMENTO DA ZONA OESTE**  
**17ª COMPANHIA INTERATIVA COMUNITÁRIA**

**ANEXO II - CALENDÁRIO DE INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SP E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA**

<b>BAIRROS</b>	<b>MÊS DE INSTALAÇÃO</b>
<b>DA PAZ E SANTOS DUMONT</b>	<b>OUTUBRO</b>
<b>REDENÇÃO E HILEIAS</b>	<b>NOVEMBRO</b>
<b>BELVEDERE</b> <b>CAMPOS ELÍSEOS</b> <b>JARDIM VERSALLES</b> <b>VISTA BELA</b>	<b>DEZEMBRO</b>

**ANEXO III – CALENDÁRIO GERAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS 17ªCICOM.**

**1. PERIODO DE IDENTIFICAÇÃO DAS RUPTURAS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

<b>ESTUDOS A SEREM REALIZADOS</b>	<b>MÊS</b>
<b>GEOPROCESSAMENTO</b>	<b>MAI/07</b>
<b>RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL</b>	<b>MAI/07</b>
<b>LEVANTAMENTO DE INTELIGÊNCIA</b>	<b>JUN/07</b>

## 2. PERÍODO DE SENSIBILIZAÇÃO

### AÇÕES NA ÁREA DE ENSINO E INSTRUÇÃO

N.Ord	CURSO	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	PÚBLICO ALVO	Nº TURMAS	Total de dias úteis	Período	Horário de Instrução	Local de Instrução	Nº DE ALUNOS POR TURMA	Instrutor Chefe
1	CURSO DE TIRO TÁTICO COM ÊNFASE EM PATRULHAMENTO URBANO  (CURSO 01 JÁ REALIZADO)	120	Sgt, Cb e Sd,	04(quatro) 02(possíveis)	14	(1ª turma)	0730h/ 1830h	17ºCICOM(Parte teórica)  Tacuia(Parte prática)	14	MAJ PACHECO
2	CURSO DE DIREÇÃO DE VIATURA POLICIAL	100		02(duas) 01(possível)	14	A DEFINIR		CFAP	20	MAJ PACHECO
3	CURSO DE GERENCIAMENTO DE CRISES	80	Sgt e Cb	01(uma) 01(possível)	14	A DEFINIR	A DEFINIR	17ºCICOM	20	MAJ PACHECO

N.Ord	PALESTRAS	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	PÚBLICO ALVO	Nº TURMAS	Total de dias úteis	Período	Horário de Instrução	Local de Instrução	Nº DE ALUNOS POR TURMA	RESPONSÁVEL
1	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DO 2º BPCHQ	8	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01		0800h/1200h 1400/1800H	A definir	14	CEL VICTOR MAJ WALTER CRUZ
2	NEGOCIAÇÃO	2	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	57	CAP PM AMADEU
3	AÇÕES INTEGRADAS COM A TROPA DO CANIL DA PMAM	2	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	57	CAP AUGUSTO CÉSAR
3	GUARDA CIVIL METROPOLITANA	2	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	57	CAP CARDOSO
4	CRIME ORGANIZADO	2	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	57	MAJ PACHECO
5	LEI "MARIA DA PENHA"	2	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	57	MAJ PACHECO
6	A AUTORIDADE POLICIAL E LEI 4898	2	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	57	MAJ PACHECO
7	EXECUÇÃO PENAL	2	POLICIAIS MILITARES DA 17ªCICOM	01	01	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	57	MAJ PACHECO

## 5. MELHORIA DA GESTÃO

FASES	AÇÃO ESTRATÉGICA	PERÍODO
PRIMEIRA	Mapeamento	Setembro/07
SEGUNDA	Eliminação das ações que nada acrescentam	Outubro/07
TERCEIRA	Aplicação da Metodologia de Análise e Solução de Problemas (MASP)	
QUARTA	Aplicação do PDCA (Plan Do Check Act)	

## 6. AVALIAÇÃO

ETAPAS	MÊS
1ª AVALIAÇÃO	Junho/07
2ª AVALIAÇÃO	Setembro/07
3ª AVALIAÇÃO	Dezembro/07
Encaminhamento dos resultados ao EM	Janeiro/08